

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO HISTÓRIA LICENCIATURA

JESSÉ ALVES DOS SANTOS

**POR UMA ABOLIÇÃO A CONTRAPELO: TRABALHO, COTIDIANO E
RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO NEGRA EM MACEIÓ (1879 – 1897)**

MACEIÓ/AL
2023

JESSÉ ALVES DOS SANTOS

**POR UMA ABOLIÇÃO A CONTRAPELO: TRABALHO, COTIDIANO E
RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO NEGRA EM MACEIÓ (1879 - 1897)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Luiz Marques.

MACEIÓ/AL
2023

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Girlaine da Silva Santos – CRB-4 – 1127

S237p Santos, Jessé Alves dos.
Por uma abolição a contrapelo: trabalho, cotidiano e resistência da população negra em maceió (1879 – 1897) / Jessé Alves dos Santos. . – 2023.
76 f. : il.

Orientador: Danilo Luiz Marques.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História : Licenciatura)
– Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas,
Comunicação e Artes. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 75-76

1. Pós- Abolição – História – Maceió (AL). 2. Escravidão. 3.
Abolicionismo. 4. Resistência negra. I. Título.

CDU : 94 (813.5). 063

Aos homens e mulheres, gente preta, que resistiram, resistem e resistirão.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Yeshua pela provisão, coragem e sustento físico, espiritual e emocional, até aqui e pelos dias que virão.

Sou grato a meus pais, por todo amor, dedicação e educação na qual recebi, sem eles eu não seria quem sou.

Agradeço a minha companheira Mayra, por ter paciência e um porto seguro, em momentos difíceis.

Aos amigos e amigas do Reforço Ênfase, que me ajudaram na longa jornada do ensino básico, me fornecendo amparo intelectual.

Agradeço ao professor Danilo Luiz Marques, por me orientar e oferecer conhecimento para aperfeiçoar sobre entendimento e ampliação da temática.

Agradeço a professora Clara Suassuna Fernandes, por me orientar acerca da importância da resistência afro-brasileira.

Agradeço a professora Ana Paula Palamartchuk (em memória), por me proporcionar maior interesse em uma História transformadora.

Aos amigos proporcionados pela jornada acadêmica: Víctor, Hebert, Jadson dentre outros.

Agradeço a Universidade Federal de Alagoas e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por me proporcionar possibilidades para minha formação.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivos analisar e problematizar acerca das transformações, possíveis rupturas e possíveis continuidades presentes no desenvolvimento do abolicionismo, desaguando em um momento de pós-abolição. Através de recortes temporais e espaciais bem sinalizados, propomos transportar reflexões aos embates declarados entre os mantenedores do antigo projeto racial, oriundos do modo de produção escravista, e pessoas pretas em resistência, dentro da cidade de Maceió, entre 1879 e 1897. Calcados em fontes jornalísticas, códigos oficiais, leis e aparatos jurídicos, ousamos inferir sobre a importância de uma historiografia aliada a homens e mulheres que afrontaram a manutenção da marginalização, a partir de ações contra a vontade da hegemonia branca, representada em discursos livres ou opiniões entrelaçadas em jornais, presentes no recorte histórico investigado. Outrora silenciado ou vilipendiado, a reação preta ofereceu os moldes finais do fim do escravismo, reduzindo ainda mais o protagonismo da classe dominante quanto aos modos de controle, contrapesos e resigno originados pela oposição de pessoas pretas aos mandos da classe senhorial.

Palavras-chave: pós-abolição; Maceió; resistência; escravismo; abolicionismo.

RESUMEN

El presente trabajo pretende analizar y problematizar sobre las transformaciones, cambios y continuidades presentes en el desarrollo del abolicionismo, desembocando en un momento de post-abolición. A través de recortes temporales y espaciales bien señalados, nos proponemos, por lo tanto, transportar reflexiones a los enfrentamientos declarados entre los mantenedores del antiguo proyecto racial, originado en el modo de producción esclavista, y los negros en resistencia, dentro de la ciudad de Maceió, entre 1880 y 1892. A partir de fuentes periodísticas, códigos oficiales, leyes y aparatos legales, nos atrevemos a inferir sobre la importancia de una historiografía aliada a hombres y mujeres que enfrentaron el mantenimiento de la marginalidad, a partir de acciones contra la voluntad de la hegemonía blanca, representadas en discursos libres u opiniones entrelazadas en periódicos presentes en el corte histórico investigado. Una vez silenciada o vilipendiada, la reacción negra ofreció la forma final del fin de la esclavitud, reduciendo aún más el protagonismo de la clase dominante en cuanto a los modos de control, contrapeso y resignación originados por la oposición de los negros a los mandatos de la clase señorial.

Palabras clave: post-abolición; Maceió; resistencia; esclavitud; abolicionismo.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura 1879

37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. UMA HISTÓRIA A CONTRAPELO DO COTIDIANO E DA VADIAGEM EM MACEIÓ, NA DÉCADA DA ABOLIÇÃO	.18
2.1 OS BAIRROS DE MACEIÓ NAS DÉCADAS DA ABOLIÇÃO: EM BUSCA DAS VOZES DO SILÊNCIO E DO HIGIENISMO	24
2.2 UMA GUERRA A VADIAGEM: OS ANSEIOS DA CLASSE DOMINANTE DE MACEIÓ E O HIGIENISMO CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA.	28
3. RESISTÊNCIA NEGRA, TENSÕES E AS DINÂMICAS NAS VÉSPERAS DA ABOLIÇÃO: A REAÇÃO DA CLASSE SENHORIAL	34
3.1 A INTELLECTUALIDADE A SERVIÇO DO BRANQUEAMENTO: O CASO DE DUAS FIGURAS ILUSTRES.	40
3.2 AS CORES DA LAVOURA E DA MARGINALIZAÇÃO: O SILÊNCIO AGONIZANTE	46
4. O TRABALHO, A VIDA E O COTIDIANO NO PÓS-ABOLIÇÃO: ESPAÇO PARA VIVER LIVRE?	61
4.1 OS EFEITOS DA MARGINALIZAÇÃO: O PÓS-ABOLIÇÃO E OS EFEITOS COLATERAIS DE UM ABOLICIONISMO DE ELITE	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	77

1. INTRODUÇÃO.

A província alagoana oitocentista esteve intensamente marcada pela presença negra. Em todos os cantos haviam aspectos intrínsecos que nos permitiu pensar no fruto da diáspora negra no continente americano. Ao longo de séculos, uma resistência negra estruturou-se contra o mundo colonial e o mundo imperial, protagonizando uma queda de braço intensa contra a servidão forçada, marcada por aspectos raciais. Portanto, a história de Alagoas não pode ser organizada a partir do ponto de vista etnocêntrico da hegemonia do branqueamento, cuja escravização era vista como direito amplamente aceito por proprietários, sejam eles fazendeiros e grandes proprietários de terras, ou até mesmo representantes eclesiásticos.

No perímetro da capital ou em regiões mais interioranas, encontramos dados pertinentes sobre a relevância exercida por escravizados, algo que pode ser consultado a partir de levantamentos realizados, onde podemos aferir estatísticas, a notável predominância da região sudeste, destacando-se como grande receptora de escravizados, seguida por Nordeste como em segunda posição, a partir de números reais¹. Em consonância com pesquisas recentes, encontramos diversas formas de exploração, além do universo demarcado pela falsa harmonia entre senhor e escravizado, colocando em dúvida posições construídas segundo os interesses de alguns grupos privilegiados. Sejam nas ruas ou dentro do ambiente doméstico, o papel do escravizado revelou, década após década, e principalmente próxima da assim chamada década da abolição (MARQUES, 2018), o quão a sociedade senhorial era dependente de um regime viciado, cuja estratégia preconcebida não dava nenhuma perspectiva de melhora à comunidade negra, fruto da diáspora.

Em meados das últimas duas décadas do século XIX, muitas reações foram traçadas em nome da liberdade. Desde a formação dos primeiros mocambos e quilombos, passando pela grande resistência de Palmares, os escravizados puseram em práticas seus saberes, utilizando de seus conhecimentos, como forma de contrapor a exploração. A união de saberes e práticas de pontos diversos da África, somados com o conhecimento indígena e os sincretismos com os símbolos da agonia da classe senhorial branca, notamos um fortalecimento das chamadas *Redes de Solidariedade e Resistência*. O conceito de Redes de Solidariedade e Resistência, empregados por Irinéia Santos (2014) e Danilo Luiz Marques

¹ <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/populacao-escrava-no-brasil.html> (Acessado no dia: 08/05/2022).

(2018), propõe a insubordinação ao escravismo significou atos sincronizados e orientados, com base em circunstâncias, por parte de escravizados articulados com objetivos e planejamentos a contragosto da estrutura dominante.

Em vista da classe dominante, os atos eram considerados ilegais e dignos de punição. As reações poderiam ser individuais ou coletivas. Em um grande exemplo de insubordinação coletiva, os documentos e pesquisas nos sugerem a robustez dos quilombos. Os quilombos são refletidos como lugar da resistência, organização de saberes, a partir de lugares diferentes da diáspora, bem como espaço agregador de valores e singularidades. A organização dos quilombos utilizou, em essência, das negociações locais, em conjunto com o combate à desnutrição, para erradicar os efeitos nocivos do *plantation*. Segundo Flávio Gomes, na obra *Dicionário da Escravidão e Liberdade*:

Muitos se aquilombavam para não serem vendidos ou transferidos; para o ritmo de trabalho não aumentar; para poderem continuar cultivando suas roças próprias; para não receberem castigos rigorosos; ou, então, para serem considerados livres e possuidores da terra. Pretendiam, em comum, lutar por transformações em suas vidas e também nas relações escravistas. É importante ressaltar que quilombolas que saqueavam propriedades assustavam sobremaneira os fazendeiros. (GOMES, 2018, p. 391.)

A coletivização estabeleceu uma frente de resistência, ampliando os laços e redes, oriundas da percepção do cotidiano. O fenômeno, cronologicamente anterior ao abolicionismo jurídico e formal, sugere uma atuação explícita das grandes Redes de Solidariedade e Resistência, presentes no mundo Atlântico. Em um recorte temporal mais avançado, mesmo após a abolição formal e legal, quando apontamos o microscópio histórico para dentro das capitais, muitos cortiços serviram para atrair e acolher africanos que estavam buscando amparo, como foi o caso do cortiço Cabeça de Porco, no Rio de Janeiro, em 1893, destruído depois de constantes embates contra forças policiais, em disputa com os desejos de grandes proprietários. Podemos entender que as habitações coletivas, especificamente no espaço urbano, caracterizam ambientes de solidariedade. Em sua essência, as habitações seguiam os vestígios do que foram os quilombos. Segundo Chalhoub (1996):

[...] a importância das habitações coletivas nas últimas décadas da escravidão começa a se evidenciar: para escravos, assim como para libertos e negros livres em geral, as alternativas viáveis de moradia na Corte, no período eram cada vez mais os cortiços e as casas de cômodos. Com frequência, era nestas habitações que os escravos iam encontrar auxílios e solidariedades diversas para realizar o sonho de comprar a alforria a seus senhores; e, é claro,

misturar-se à população variada de um cortiço podia ser um ótimo esconderijo, caso houvesse opção de fuga. (CHALHOUB, 1996, p.28-29)

As cidades mais movimentadas das províncias atraíam a atenção dos escravizados, principalmente as capitais. Os cortiços não eram apenas habitados por pessoas negras, mas sim por toda sorte de desafortunados que buscavam alento, pois havia uma ajuda mútua entre os pertencentes ao novo arranjo. No trecho citado acima, Chalhoub (1996) destaca a importância desses grupos de pessoas que buscavam seu amparo contra a violência exercida pelo regime. Segundo o pesquisador, a formação desses cortiços demarca um momento crucial na proclamação da liberdade daqueles que queriam “viver sobre si”². Como consta na colocação do autor, o auxílio na compra de alforria passou a ser uma realidade dada a partir da Lei do Ventre Livre, datada de 28 de setembro de 1871, estabelecendo dentro dos códigos regulamentados, regras sobre pecúlio:

Art. 4º É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a collocação e segurança do mesmo pecúlio.

§ 1º Por morte do escravo, a metade do seu pecúlio pertencerá ao conjuge sobrevivente, se o houver, e a outra metade se transmittirá aos seus herdeiros, na fôrma da lei civil. Na falta de herdeiros, o pecúlio será adjudicado ao fundo de emancipação, de que trata o art. 3º.

§ 2º O escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito a alforria³.

A Lei do Ventre Livre segue muito questionada a respeito dos seus reais motivos e seus frutos. Um dos pesquisadores responsáveis por elaborar intervenções sobre os fenômenos essenciais desta lei, o historiador Wellington José Gomes da Silva (2017), em um dos capítulos de sua dissertação, estabelece um debate a partir da execução da lei. Baseando-se em outros autores, dados colhidos em pesquisa de campo e reflexões, o historiador apontou a existência de uma liberdade tutelada pelas autoridades investidas pelos cumpridores e mantenedores da lei, bem como uma oportunidade para alimentar o controle senhorial durante

² Dentro da concepção de Chalhoub (1996), o “viver sobre si” significava lidar cada vez menos com formas perversas de violência e repressão aplicadas a fim de tentar disciplinar, forçando os escravizados a satisfação de seus proprietários. Portanto, “viver sobre si”, isto é, estabelecer uma forma de viver distante da humilhação e da autoridade movida pelo poder do braço ou de quaisquer outros tipos de sofrimento, está inserido em possibilidades de formas de resistência, realizado, em muitos casos, em fugas para lugares desconhecidos, ou até mesmo em uma vida de ganhos para formar pecúlio, longe dos olhos e sentidos do senhor.

³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. (Acessado no dia 08/02/2022)

os trâmites administrativos. Em geral, a tutela serviu para moldar a abolição com o objetivo de amortizar as reações dos escravizados e escravizadas, impondo a docilidade e bom comportamento como elemento. Sobre a ocasião, Wellington José Gomes da Silva (2017) elenca:

Apesar da interferência, a Lei de 1871 não eliminou a autoridade senhorial completamente, mas exerceu uma função moderadora, procurando atender as exigências emancipadoras e escravistas, que reivindicavam, particularmente, sobre as perdas no patrimônio pessoal. A manutenção da autoridade senhorial é observada nos critérios de impedimento para a emancipação. (SILVA, 2017, p. 33)

O cenário social em muitas capitais das províncias seguiu em um contraste marcado pelas tensões da racialidade, em alguns aspectos não sendo muito diferente de outras províncias do interior. No avanço da literatura, diversos autores estenderam o entendimento a respeito dessas tensões. Em um outro momento, a cidade de Maceió, marcada pelo Porto do Jaraguá e regiões circunvizinhas com engenhos ativos, encontramos personagens reclamantes por seus direitos de posse após fugas de escravizados, bem como denúncias sequenciais a respeito de atitudes de resistência, dentro de suas propriedades. O Oceano Atlântico estabelece limites geográficos entre mundos, abrindo a possibilidade de diálogos com diferentes representações humanas. Segundo Danilo Luiz Marques (2018), o Porto do Jaraguá exerceu não apenas um meio de receber e exportar mercadorias, mas também uma forma de se transportar ideais de resistência:

Em Maceió, um dos territórios de maior concentração das “moradas dos afros” era o Jaraguá, bairro onde está situado o porto marítimo da cidade. As regiões portuárias, no geral, trazem fragmentos de um mundo autônomo, por assumir um sentido especial para a população de origem africana [...]. (MARQUES, 2018, p. 297)

Para completar, o autor ainda afirma que:

A região portuária era um ponto de convergência de múltiplos personagens: escravizados fugidos, libertos, quitandeiras, ladrões e tantos outros que enredavam as malhas da luta pela sobrevivência. Muitos acoutados, auxiliados por abolicionistas ou não, embarcavam para Pernambuco ou Ceará [...]. (MARQUES, 2018, p. 299)

A importância do porto era extremamente notável, pois a região construía uma teia de ligações intermináveis com outras regiões do mundo. Afinal, o que as posições revelam? É

curioso pensar a resistência empenhada fossem realizadas pessoas leigas e alheias à ocasião, e é por tais motivações cada uma das fugas exibiam um teor de pura aversão aos grilhões. Ao exemplo, em muitos casos, algumas ações foram realizadas rumo ao Ceará, apresentaram como modo de garantir a sobrevivência, em busca por melhores condições, pois a liberdade formal e legal ecoou seus símbolos de liberdade. Segundo Irinéia Santos (2014):

A mobilidade urbana maior para escravos, africanos livres e libertos, e o aumento das fugas nas décadas seguintes de 1870 e 1880, alarmava os senhores de engenho e demais proprietários de escravos. As tensões aparentemente aumentaram após o anúncio da libertação dos escravos no Ceará, em 1884. (SANTOS, 2014, p. 89)

As fugas demarcaram todo o momento do regime escravista, a partir da intensificação propagandeada dos ideais abolicionistas. Podemos afirmar que essas práticas configuram uma espécie de “abolicionismo ilegal”, exercido pelas margens do sistema legal. Ademais, nem todos teriam condições de acumular pecúlio ou esperar os trâmites burocráticos para receber sua liberdade em direção ao Ceará, por exemplo, era seguir rumo a um território cuja força abolicionista estava em pleno vapor, cuja abolição tinha chegado cinco anos antes da Lei Áurea, um dos últimos atos do Império. Por vezes o escravizado estava mantendo comunicações a respeito do que estava acontecendo em outras localidades, com o objetivo de traçar planos e ações. Assim, muitos escravizados partiam para a cidade de Maceió e de lá decidiam o próximo passo, acumulando fugas, supostos crimes e um perfil discriminado por olhares do embranquecimento.

Em perspectiva com os visionários do embranquecimento, homens e mulheres negras eram vistos como degenerados sociais, que deveriam ser moralizados pelo trabalho, castigo e repressão. Alguns dos representantes da classe senhorial, insatisfeitos com a fúria negra, usavam os jornais para expor suas críticas, angústias, raiva ou qualquer sorte de sentimentos para favorecer ainda mais o poder de propriedade. A maior parcela da angústia advém da perda da autoridade, o sentimento oriundo da falta de controle. Muitos proprietários usavam os jornais como modo de noticiar supostas fugas e cobrar das autoridades policiais uma atitude sobre quaisquer queixas prestadas. Alguns jornais foram alimentados com matérias alimentadas de teor racial, favorecendo os proprietários dos escravizados. Neste cenário, o jornal *O Orbe* compartilhava, em sua essência, artigos distintos.

O escravizado, retratado apenas como um objeto, permaneceu silenciado nas páginas envelhecidas e manchadas de sangue. Uma mercadoria, que em alguns momentos poderia

satisfazer o ego do senhor. Pelas ruas da capital, encontramos a demarcação da resistência, abrangendo aspectos diversos das representações e execução dentro do cotidiano. Seja nas casas de culto clandestinas ou na venda de doces por mulheres, essa africanidade pouco a pouco seguiu modificando o cotidiano dentro dos espaços urbanos. Entretanto, haviam muitas fugas de municípios vizinhos para Maceió, pois na capital se entrelaçaram nas Redes de Solidariedade e Resistência.

Próximo do decreto da extinção escravidão, as cidades estavam sendo “empretecidas” e tomadas pela presença de negros e negras, que idealizam a capital como refúgio que concentrava forças contra os proprietários. Percebe-se também um aumento no número de fugas, insubordinações individuais ou em grupo, e junto disso a queixa de diversos proprietários a respeito da situação. As páginas dos jornais estabeleceram uma rede de conexões que interligam os senhores queixosos, os chefes de polícia e o peso da lei em nome da defesa e ordem na província. Aos poucos as regiões circunvizinhas do Porto de Jaraguá foram sendo tomado de uma forte presença negra, seja por vendedoras de doces e alimentos, homens negros que trabalhavam em docas e trapiches, espaços de culto e atividades culturais típicos da herança do Quilombo dos Palmares.

As movimentações rumo ao Jaraguá passavam por outras regiões da cidade de Maceió, ou simplesmente foram encontrando seu lugar, estabelecendo novas conexões e Redes de Solidariedade e Resistência. Segundo Danilo Luiz Marques (2018, p. 293), “Maceió, uma cidade negra e atlântica [...]. Abrange bairros com nomes advindos de expressões bantas como Mutange e Cambona, e outros territórios de sabedorias negras como Bebedouro, Levada e Ipioca.” Em outras palavras, a comunidade negra que estava se estabelecendo em Maceió foi dando nome e sentido para regiões que posteriormente seriam centros de disputas entre proprietários queixosos e africanos em liberdade.

Podemos dizer que uma parte dos escravizados se concentraram próximas ao Jaraguá, entre Pajuçara, Ipioca, Poço, Ponta da Terra; e outra parte concentrada mais a lagoa Mundaú, interligada com o Morro de Jacutinga, conhecido como Farol, a região do Centro, Bebedouro, Levada, Mutange e Cambona. A divisão social e étnica da cidade era vista com maus olhos pela classe dominante da cidade, que cada vez mais tinha de dividir espaços com africanos que viviam nas regiões.

O nosso trabalho analisou como seu deu a passagem de um mundo baseado no trabalho escravo, para um mundo supostamente chamado “livre”, ou para o trabalho “livre”,

baseado na hipótese de alguns aspectos de continuidade de controle, tutela e orientações determinadas pela classe herdeira de privilégios. Pelo que percebemos, a partir de trabalhos e pesquisas, de autores e autoras que se dedicaram para investigar o contexto e a estrutura empregada durante o processo de abolição, bem como seus resultados. Para alguns autores, o litoral alagoano estava bem consagrado ao domínio açucareiro, e que a escravização em massa se reduzia aos engenhos.

Os grandes embates que foram transcritos historicamente, até um certo momento, suprimiu a luta da corvéia anônima e deu voz aos grandes nomes. Aos vencedores, os homens brancos, cristãos, e que faziam parte de uma pequena burguesia. As ilusões e devaneios de uma abolição pacífica, sagrada ou fruto de uma benfeitoria imperial ainda sustenta as estruturas coloniais de um País republicano, cuja cidadania às pessoas negras ainda é questionada, embora seja feita em outros formatos.

Os autores utilizados nesta pesquisa, repousam suas reflexões muito além do que foi o processo de abolição. Todo fenômeno pode ser analisado a partir de variadas perspectivas, seguindo formatos diversos. Afinal, cada perspectiva parte de recortes diversificados, tanto geograficamente, quanto temporalmente. Estamos cientes quanto ao papel do historiador, principalmente quanto à parcialidade científica do método, que neste caso partira em defesa daqueles que foram apagados dos registros da história oficial, onde o mérito foi dado para os membros de pequenas elites locais.

2. UMA HISTÓRIA A CONTRAPELO DO COTIDIANO: EM BUSCA DO ELO PERDIDO.

Segundo o pensador franco-argelino Albert Camus (1984, p. 13), em *A Peste*, "Uma forma cômoda de travar conhecimento com uma cidade é procurar saber como se trabalha, como se ama e como se morre." Apesar da forma simples e direta, o filósofo pontuou os elementos mais comuns que perpassam a vida de todos os seres humanos. Apesar do rigor metodológico investigativo sugerido, a fala do filósofo elenca uma forma de descrever o cotidiano, no qual podemos afirmar que talvez seja uma das ações mais delicadas e subestimadas na qual podemos nos dirigir. Dentro do cotidiano cabe um universo de manifestações produzidas e reproduzidas a partir dos desejos, dissabores e angústias, com imagens, sons e odores, que comovem os seres humanos pertencentes a região. Em todos os casos, o desembaralhar dos dias estão repletos de representações simbólicas, repetições de

atos, bem como a conservação das práticas desempenhadas em conjunto com as manifestações dos saberes, outrora assimilados no tecido esponjoso do seio social, partindo no núcleo parental ou organizações sociais diversas.

Para travarmos um certo conhecimento sobre uma cidade em particular, é necessário pontuarmos que uma cidade é o que é mediante as transformações sociais nela registradas e reproduzidas de maneira multiforme, através da condução das próprias ações humanas. De um lado, podemos separar o lugar específico de um todo, com seus monumentos e trabalhos arquitetônicos, sem perceber os detalhes envolta, ou até mesmo isolá-lo de uma base histórica e social; de outro, podemos elencar a presença de personagens, cuja história não aconteceria sem eles, onde a magia das singularidades transpõe as particularidades mecânicas.

De acordo com o cerne da categorização da teoria marxiana, antes dos conceitos aprimorados em outras obras, os pensadores Karl Marx e Frederich Engels (2009), na obra *A Ideologia Alemã*, afirmam, em um contexto de amplo debate, a história somente é possível a partir da luta dos seres humanos vivos em nome da continuidade de suas vidas, a partir do contexto e condições dadas. A obviedade deste raciocínio pode causar espanto aos remanescentes desavisados dos antigos métodos dialéticos hegelianos. Até mesmo os que interpretam o conceito de Luta de Classes como um dado da natureza, ou pela simples negação do conceito.

A partir da postulação, Marx e Engels (2009) afirmou que o modo como nos reproduzimos, não somente dentro das demandas de sociabilidade, mas a partir os elementos que envolvem a conservação da vida e de seus modos de reprodução, denotam a capacidade de interligar elementos favoráveis a construção da história, a começar pelo cotidiano. O controle sobre o tempo do trabalho, bem como em quais condições são exercidos, expõem a urgência de discussão sobre o lugar do trabalho em determinados momentos, suas circunstâncias e exigências, pois são capazes de decidir sobre a forma como interagimos com o cotidiano, com suas paisagens e trilha-sonora.

Como afirmamos acima, entender o que se passa dentro do cotidiano é desembrulhar um emaranhado de teias, com modos peculiares. Dentro da escrita da História, o desenvolvimento requer atitudes, a partir de freios e contrapesos, a fim de compor uma trajetória específica, propondo questões e limites quanto aos aspectos desejados, a começar pelos recortes espaciais e temporais, bem como o que deve ser observado dentro daquilo que não está sendo dito. A escolha do historiador ou historiadora, a respeito de recursos teóricos e

metodológicos, pode partir de premissas subjetivas e objetivas. No entanto, cada escolha passa por um processo único de selecionar vozes. Quem fala, cala. A depender de onde parte a fala, e do labor desempenhado para registrá-lo, o discurso ecoará além dos milésimos de segundos, podendo chegar a décadas a fio, ou séculos.

Partindo para objetos específicos, o domínio de determinados recursos, empreendidos durante as transformações históricas, trouxeram um mar de possibilidades para quem desejava falar. Isto é, a expressão dos sentimentos ganha forma quando encontram conforto em seus pares. O que a formação ocidental nos revela, a partir de pesquisas e problematizações, o capitalismo, como conhecemos atualmente, necessitou de formas diversas de exploração dos meios de produção, tanto em meios físicos como uma conscientização coletiva, dada pela reprodução de ideias falsas para suprimir a realidade, em movimentos que perpassam de um campo objetivo à subjetividade.

Sem sangue, músculos e lágrimas, não haveriam as formas de produção capitalista, do modo que passaram a existir, dado o surgimento dado ao modo de produção do capital, cuja tônica está na exploração das forças vitais do meio ambiente e dos seres vivos, em especial o ser humano. Os mundos paralelos nunca estiveram tão próximos quanto o século XIX nos mostra, algo já demonstrado por Hobsbawm (2015), durante o desenvolvimento de máquinas de transportes a vapor, as fábricas necessitavam de matéria-prima e expansão de seus negócios, cuja tônica ainda estava alicerçada na exploração de trabalhadores. Sem o colonialismo europeu não haveria condições imagináveis para o desenvolvimento de suas metrópoles.

Em cada lugar específico, o modo de produção capitalista foi capaz de devastar não somente as condições de exploração de trabalhadores e trabalhadoras, como também o emprego das variadas tentativas de silenciamento. A velha historiografia se propôs em escrever a história de objetos, lugares e seus coadjuvantes, todavia optou pelo silenciamento dos principais responsáveis pelo desenvolvimento europeu. De certo modo, não podemos esquecer que todo silenciamento de fontes das resistências parte de uma escolha de quem pretende dar voz, no entanto esquecem que os ecos do silêncio se reproduzem e intercalam forças. O silêncio fala, reverbera nos espaços e monumentos erguidos à celebração da barbárie (BENJAMIN, 1987).

A partir do esforço diuturno de muitos pesquisadores e pesquisadoras, na tentativa de decifrar as entrelinhas do silêncio arrastado durante anos, podemos destacar e apontar um

caminho reflexivo, rumo ao entendimento da problemática. Esses debates foram ganhando novos sentidos em diferentes épocas, no delimitar de fenômenos entre gerações, proposicional aos embates de resistência na lama das trincheiras. Os combates pela resistência impuseram aos opressores mudanças nas dinâmicas dos exercícios da força, excluindo qualquer simpatia pelos reprodutores da dominação.

Das inúmeras formas existentes para o entendimento de um autor, devemos partir das características mais sensíveis ao seu tempo. Bloch (2001), quando escreveu *Apologia da História*, o fez em tempos sombrios e infestados de horror. A leitura da obra pode trazer alento aos que buscam uma cientificidade histórica, no entanto pode comportar uma carga dramática em defesa de um rigor na escrita da História, em busca de derrotar falácias de factualismo, retroalimentando o discurso dos vencedores ou dos mais poderosos. Em Benjamin, não é diferente.

A proposta de uma História a contrapelo nos remete ao apelo daquele que estava do lado dos possíveis vencidos na luta contra o nazifascismo. Este conceito de Benjamin é primordial dentro da investigação histórica, pois orienta os historiadores e historiadoras a cumprirem seu papel junto à corvéia anônima, responsáveis pelos rumos da vida material. Mais do que descrever um momento pessoal vivido, o filósofo preparou para si um meio de resistir, perante a aniquilação dos inimigos eleitos pelo nazismo. Uma negação sistemática da história contada pelos vencedores garante um distúrbio na reprodução dos preconceitos e das versões gloriosas, nas quais foram sendo reproduzidas tal qual foram contadas, como de fato ocorreu. Sobre isto, Benjamin declara:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. [...] O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição do conformismo, que quer apoderar-se dela. O dom de despertar no passado as centelhas divinas é privilégio exclusivo do historiador convencido de que os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1987, p. 224-225)

Do mesmo modo que os inimigos da época de Benjamin articulavam a perpetuação dos seus contos e enredos permeados de vitória e louvor aos atos de reverência ao passado “morto”, fruto de personagens apaixonados pela carnificina, muitos dos intelectuais do

passado fizeram uso dessa mesma postura, em consonância com a classe dominante. Em primeiro lugar, devemos romper com as idealizações perigosas, cintilantes das glórias dos vencedores de uma época. Ora, as batalhas travadas nas trincheiras intelectuais evidenciam, pelo menos na atualidade deste texto, estratégias para romper com as ideias circunscritas da classe dominante.

A burguesia e seus feitores, os que ganham com o fracasso dos pobres e oprimidos, lutam para convencê-los da culpa e nomeiam herdeiros em épocas distintas, chegando ao ponto da reverência ao opressor. Mais do que oprimir e violentar os corpos, a burguesia persegue e vilipendia os saberes, a religiosidade, os elementos linguísticos e rituais dos vencidos. Em diferentes tempos, com semelhanças ou não, as disputas entre os vencedores e vencidos dividem os mesmos palcos. Até mesmo o domínio do viver ou deixar morrer é peça integrante, como afirma a leitura de Mbembe (2018). A eleição dos inimigos, baseados em critérios raciais, como descrito em *Necropolítica*, em projetos de poder, é capaz de revelar a concepção dos argumentos utilizados pela classe dominante, a fim de justificar seus atos de barbárie.

Em um desses exemplos, o historiador Sidney Chalhoub (1996), dentro de uma postura bastante incisiva e combativa, remonta um dos episódios mais tensos da formação social do Rio de Janeiro. A demolição do cortiço Cabeça de Porco esteve carregada de partículas que carregam os mais variados elementos presentes na composição da formação brasileira durante o século XIX. Passada a década da abolição, após alguns anos da superestimada assinatura da Lei Áurea, em 1888, a sede de perseguição da classe dominante não cessou.

Os representantes políticos, em representação dos anseios da burguesia, impetraram ações devastadoras contra aqueles que sofreram com os grilhões do escravismo. Não bastasse o sofrimento empregado por séculos, sobreviver ao racismo estendeu a luta abolicionista para um novo patamar. Como nos lembra Munanga (2004), a conceituação de raça surgiu como necessária à pseudociência do embranquecimento, a fim de estender o domínio e articular uma suposta escala evolutiva ou divina, abençoando alguns em detrimento de outros.

A justificativa da “eleição” de uma raça superior, mais civilizada e "evoluída" quando comparada com demais raças originalmente inferiores, reforçada historicamente por pseudociências, garantiu o avanço do modo de produção capitalista, a partir do colonialismo europeu. A perspectiva enseja a um dos intelectuais mais interessados em divulgar o

raciocínio perigoso sobre as questões de raça, prevendo uma naturalização sistemática em torno da miscigenação, a partir da negação dos conflitos raciais, a força motriz da acumulação de capital em todo o Brasil. Um dos autores mais confluentes com a negação, e a naturalização, dos aspectos racistas da formação social brasileira, foi Manuel Baltazar Pereira Diégues Júnior. Em uma de suas obras pouco populares, *População e açúcar no Nordeste do Brasil*, o autor declara o despreço por discutir os impactos severos da escravidão, caracterizados a partir da servidão de uma raça sob outra. Para o autor, houveram até tratos de amabilidade dentro da relação binômica entre senhor-escravizado:

De modo que, ainda no período colonial, quando o tratamento dado ao escravo era, sem dúvida, mais enérgico, mais violento, de ferro e fogo, muito senhor de engenho foi amigo do seu escravo, amizade a que o escravo correspondia. Fraternalizaram-se no mesmo sentimento não só como no caso da reação contra os holandeses; quando também lutavam ao lado do seu senhor em lutas políticas regionais, do que está cheia a história nordestina. (DIEGUES JÚNIOR, 2012, p. 58)

O perigo presente no raciocínio, ideológico e centralizado em reproduzir falsas impressões do novo Brasil republicano, amplamente difundido por intelectuais do início do Século XX, sugere a tônica da democracia racial, que, na opinião insalubre de Manuel Diégues Júnior, floresce como uma espécie de amabilidade racial, supondo a existência de um senso de fraternidade. Até mesmo a alforria, um símbolo engrandecedor dentro dos desígnios raciais, entre o mandante e o cumpridor, muito comum no final século XIX, permaneceu sendo utilizada consonante aos desejos do senhor, com a finalidade de conceber um sentimento de gratidão paternalista para com o escravizado, como define Amanda Mafra:

Quando era possível sentir que a abolição se aproximava, uma prática comum entre senhores de escravizados foi a concessão de alforrias em massa. Dessa forma os senhores esperavam criar uma dívida de gratidão com os ex-escravizados na espera de que, por terem recebido a liberdade deles, os libertos simplesmente abrissem mão dela para agradá-los, [...]. (ESCOBAR, 2021, p. 64)

Os conceitos raça e racismo nasceram no mesmo berço, e foram alimentados nos seios da própria classe dominante. A burguesia, a serpente parideira, o Anticristo (BENJAMIN, 1987) presente desde a formação da conversão da humanidade em classe operária, estabelece os conceitos norteadores empregados pela sociedade, distribuídos através do cotidiano. Segundo o próprio Chalhoub (1996), estabelecer uma classe como “perigosa”, possibilitou

ações impetradas pelo Estado para satisfazer o desejo dos membros da classe dominante. O elo que interliga o cotidiano aos seus modos de reprodução esteve baseado na alimentação de uma luta entre a classe senhorial, composta por pessoas brancas, e a classe resistente, oriundos da diáspora africana.

2.1. OS BAIRROS DE MACEIÓ NAS DÉCADAS DA ABOLIÇÃO: EM BUSCA DAS VOZES DO SILÊNCIO E DO HIGIENISMO.

O desempenho da classe dominante sempre esteve pronto para cessar qualquer tentativa de resistência. O escravismo, dentro do universo de exploração, possibilitou e alimentou o nascimento de um País marcado por um estigma racial, conglomerado de partículas intrínsecas no entorno das representações sociais. Segundo Ângela Alonso (2015, p. 16), o modo de produção escravista: “Era a pedra angular da economia, de partidos e da sociedade aristocrática desde as origens da nação.” Em Alagoas, semelhante a outras partes do mundo atlântico, a luta abolicionista do século XIX iniciou a partir do momento das vastas tentativas de repúdio ao escravismo como modo de produção. No entanto a resistência negra concretizada na formação dos primeiros quilombos, elenca para nós a primeira organização coletiva antiescravista em solo de Vera Cruz.

Os intelectuais do branqueamento atribuíram aos escravizados argumentos pejorativos e depreciativos, valendo-se do posicionamento da classe senhorial em ampliar o domínio, entre o material e o intelectual. No caso específico de Maceió, uma cidade dividida em territórios que denotam a existência de várias "Maceiós" (ESCOBAR, 2021), o conflito estabeleceu uma nova perspectiva, somente percebida por um compromisso em reescrever uma História de Alagoas a partir dos seus personagens silenciados, com um toque afro-indígena. Neste caso em específico, vale mencionar o silêncio nos atos de resistência e repúdio aos grilhões dos senhores.

A gama de escravizados perseguidos na cidade, seja pela força policial ou denúncias em hebdomadários, desafiaram o poder dos herdeiros da barbárie. Os músculos e tendões responsáveis pelas insurreições e insubordinações, não somente em Alagoas, mas em diversas partes do Brasil, estabeleceram os rumos quanto ao final do escravismo, ao patamar da chamada “década da abolição”. No caso em específico de Maceió, dentro da década da abolição, assim definido por Danilo Luiz Marques, é apontado como um dos recortes mais

específicos dos debates em torno da luta do abolicionismo brasileiro. No entanto, o que define 1880 como a então declarada "década da abolição"?

Os anos 1880 constituíram um momento em que cada vez mais se questionava a legitimidade da escravidão, muito por conta da rebeldia escrava e da crescente dos movimentos abolicionistas. As cidades se apresentavam como “possibilidades de liberdade no fim do período escravista” Na década da abolição, Maceió estava repleta de “territórios negros”. (MARQUES, 2018, p. 294.)

A biologia e o direito, mais o direito do que a biologia em si, reforçou o argumento da classe senhorial, no qual passaram a reivindicar o direito de posse e domínio de seus escravizados. O poder exercido, através da violência, torturas e outros castigos físicos, com a finalidade de reafirmar controle e disciplina, pouco a pouco tornou-se passivo de discussões em rodas de conversa, artigos de jornais, até mesmo em falas de discursos em eventos específicos, como iremos ver mais à frente. Os proprietários reconheciam a fragilidade e limitações de suas ações disciplinares, visto que aos poucos a lavoura sentia apenas a falta dos braços (ARAÚJO, 2020), mas a falta de exercer domínio e controle segundo parâmetros racistas.

Em consonância com a historiadora Amanda Mafra Escobar, o embate racial e classista na cidade trouxe a impressão de estarmos falando das múltiplas camadas no que tange Maceió. Quando apontamos as tensões raciais desenvolvidas nos mais diversos bairros na ocasião, percebemos o plano, muito bem arquitetado, para delimitar os espaços que receberam mais investimentos em comparação a outros. Em sua dissertação, a historiadora descreveu a divisão dos bairros da cidade, a partir de características na arquitetura e na circulação de pessoas, cuja presença passa a moldar a paisagem urbana (ESCOBAR, 2021).

A região do Centro e do Jaraguá era conhecida pelo comércio e circulação de informações, mercadorias diversas e prédio de importância para a cidade. No centro, por exemplo, a presença do Teatro Deodoro enriqueceu o vocabulário cultural dos afortunados, ou até mesmo a presença de colégios particulares e a Catedral Metropolitana de Maceió, ambientes voltados para os membros da classe privilegiada. Jaraguá, a região voltada para habitação e feitorias públicas, passou a ser mais enriquecida com a presença do Porto, sobre isso, Danilo Luiz Marques (2018) afirma que, no decorrer do tempo, o território estava sendo preenchido cada vez mais pela presença negra, não somente com os corpos, mas também com os saberes difundido em manifestações religiosas, a capoeira, e a ascendência da venda de

quitutes e doces, por parte de mulheres que passaram a usar desse meio para sobreviver. O espaço entre Ponta da Terra e o Jaraguá serviu para o alojamento e habitação de africanos vindos das mais diversas partes da província. No caso específico do Jaraguá, Amanda Mafra Escobar descreve:

O bairro do Jaraguá era economicamente importante por ser onde situava-se o porto de Maceió, fundado em 1896. Era um lugar de grande circulação devido à entrada e saída de mercadorias e matérias primas e por seu papel de porta de entrada para indivíduos de outros países ou outros estados. Nele concentravam-se grupos marginalizados como prostitutas, marinheiros, comerciantes de mercadorias legais e ilegais, o que fazia com que fosse um ambiente majoritariamente masculino e afastava os grupos mais abastados, a menos quando se tratava de transações comerciais. (ESCOBAR, 2021, p. 40)

Próximo ao Jaraguá, O bairro de Pioca, atualmente Ipioca, abrangia a presença da movimentação da cana-de-açúcar dada a existência de engenhos (ESCOBAR, 2021). Do outro lado da cidade, nas zonas lagunares, Bebedouro, Levada, Pontal e o Morro do Jacutinga, atual Farol, formam aquilo que entendemos como uma outra cidade de Maceió, composta por um cenário rodeado de densas vegetações. No Bebedouro, segundo a historiadora Amanda Mafra de Escobar (2021, p. 39), “havia uma efervescência cultural e a convivência entre as famílias mais abastadas e outras mais pobres. Um bairro festivo e também residencial, com forte presença negra não só em sua população como também em seus festejos e eventos religiosos.” O Morro do Jacutinga e o Bebedouro estavam interligados e serviam para cortar caminho, indo da parte baixa para a parte alta da cidade. Uma região tomada por mata atlântica, com muitos caminhos pouco frequentados, era tida como lugar propício para esconderijos após fugas (MARQUES, 2018). Com a presença da Lagoa Mundaú, muitas pessoas tiravam seu sustento com os pescados, garantindo alimento para sobreviver frente ao cenário de fome na capital alagoana.

O Pontal e a Levada, entram como ponto de entendimento do acirramento das desigualdades econômicas e raciais, quando comparados com outras regiões. Segundo Amanda Mafra Escobar (2021), as regiões concentram uma parte da “população mais pobre da cidade, majoritariamente negra”. A ocupação desses territórios, composto por mata em partes com difícil acesso e regado pela Lagoa Mundaú, permitia uma maior liberdade para execução de cultos, danças, batuques e outras manifestações afro-brasileiras. Nestas regiões, os terreiros de culto afro tiveram mais predominância, garantindo o espaço como uma resistência preta, contra os domínios da ideologia colonizadora presente no oitocentismo.

Podemos registrar uma ação tomada pelo intendente de Maceió, a fim de condenar ao abandono moradores presentes naquela localidade. Ainda sobre a análise feita pela historiadora (ESCOBAR, 2021, p. 39), Braulio Fernandes Tavares descreveu em seu relatório a necessidade de punir ao esquecimento e apagamento referindo-se a regiões lagunares:

Nestas observações e nestes apontamentos demorados percorri toda a nossa Capital, com seus bairros e os seus subúrbios, examinando, esmerilhando todas as ruas, vielas e recantos afastados-logares que surpreendem e apavoram pelos seus aspectos hediondos e miseráveis, diante dos quaes experimentamos as mais profundas vibrações nervosas, em contraste com outros em que se nos descortinam ao olhar as mais bellas perspectivas de paisagem. Foi ahi, nesses pontos distantes da cidade, que eu encontrei ruas em formação, lineamentos de ruas, compostos de choupanas uns, outros de casebres de taipa ordinária cobertos de telha, viellas e beccos escusos, todos habitados por uma população viciada e pauperrima, ruas, viellas e beccos conhecidos por nomes estapafúrdios, sem nexos e indecentes até, fora, na sua maioria, dos planos de contrucção e do alinhamento da Capital, e que, por terem que desaparecer mais tarde para cederem espaço ao embelezamento dos bairros e subúrbios, deixei de mencionar no meu Relatorio, que reputo assim expurgado de taes deformidades e de taes absurdos, amesquinhadores dos nossos foros de povo civilisado. (Relatório sobre as ruas de Maceió de Bráulio Fernandes Tavares: APA, caixa 456.)

Diante das falas citadas no relatório, era inconcebível para as autoridades da cidade a existência de pontos detentores de miséria e pobreza, manchando as belezas naturais presentes naquelas localidades. As residências em pouca beleza, com estrutura precária e seus pobres moradores, fazem parte do reflexo de como Maceió decidiu investir em pessoas que não estivessem nos aspectos aceitáveis. É dentro deste prisma no qual entendemos a perversidade dentro das escolhas políticas, pois decidiam sobre a melhoria do bem-estar dos presentes ali, indicando uma posse do território e dos elementos do cotidiano, prezando pela “moralidade”.

O prisma expõe a decisão de declarar guerra aos habitantes pobres em seus espaços, demonstrando a proposta de higienização da paisagem natural da cidade. O trecho do relatório propõe medidas para alinhar vontades dos gestores da capital com os desejos dos donos do capital, em nome de uma ação embranquecedora. A fome, doenças e a miséria, criadas pelo colonialismo, passaram a ser um problema para os herdeiros da ideologia dominante, providências deveriam ser tomadas, em nome da recuperação da beleza e de um plano político para purificar a cidade. A pobreza, porém, traduz os frutos das árvores do colonialismo, produtor da fome e regada pelo racismo.

2.2. UMA GUERRA A VADIAGEM: OS ANSEIOS DA CLASSE DOMINANTE DE MACEIÓ E O HIGIENISMO CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA.

Dentro da dialética do fim do escravismo, de acordo com o historiador Danilo Luiz Marques, havia uma significativa intensidade da presença de pessoas negras dentro da cidade de Maceió, presente nos mais diversos bairros da cidade. Com a consolidação de Maceió como capital de Alagoas, e a operação do Porto do Jaraguá, a pequena cidade atlântica passou a ser “empretecida”, ao ponto de levantar queixas dos moradores “tradicionais” da cidade:

Hoje remette-nos um distincto comerciante de nossa praça algumas linhas tendentes a demonstrar, que si por parte do poder competente, houvesse a sollicitude de alliviar-nos do cranco da mendicidade immoral e vadia, poderíamos aspirar dentro em breve aos foros de uma população diligente e laboriosa, tal como e nos afigura deva ser todo o cidadão pobre que tem a consciencia, não só de seus deveres, como da responsabilidade moral que contrahio para com seus semelhantes.

Infelizmente tudo nos induz a crer hoje, que apesar de bem traduzidos que se acham os sentimentos de nosso intelligente collaborador, de nada servirá o esforço por elle empregado; tanto mais quanto vemos como nunca descuidados pelo paternal governo que nos rege, os verdadeiro interesses desta nacionalidade, tão cedo condemnada a servir de fecundo pasto a todas as ambições ilegítimas dos espetaculadores e aventureiros politicos.

Leiam-nas todos, que comprehenderão melhor do que si fosse por nossas toscas palavras, o valor da necessidade que nos afflige a respeito dos mendigos em nossa capital.

Acudio o juiz ao reclamo que se lhe fez, e –e esmerilhando dentre os pedintes aquelles em boas condições de trabalhar, enviou-os para a Fabrica de Fernão Velho de cuja magnânima Direcção obteve o consenso.

Foi uma acertada providencia, foi um verdadeiro encantamento, que fez com que desaparecesse a horda dos vadios pedintes.

Hoje presenciamos grupos d’elles que, depois de recolherem as esmolos, embriagam-se e caem pelas ruas e calçadas! Mulheres da mesma forma ébrias, tendo a seu lado innocentes creancinhas, rachiticas, inanidas e prostradas no solo ardente ou humido, as quases soltas vagidos de dôres que ainda não sabem sentir!

O trabalho forçado, aplicado na Fábrica de Fernão Velho, como aponta o reclamante, serviu como exemplo para tratar dos problemas da vadiagem, ação possível mediante ao consenso entre o Juiz, o Dr. Domingos da Silva, e a direção da Fábrica. Nota-se os detalhes peculiares entre os representantes das três partes mais interessadas no higienismo social dentro de Maceió. Em continuidade, o autor reforça a opção de outros métodos de isolamento:

Conhecemos as gerações da pobreza: Dellas, uma á falta de asylo nesta capital, esmolas publicamente, obtem o obulo que não lhe é negado: a outra ocultada e velada pelo pûdor, é feliz quem a enconra pala para a socorrer.

Porém, para a horda dos vadios pedintes que se fazem cegos e aleijados, inventando quanta deformidades lhes –toda a vigilancia e rigos da autoridade é pouca.

Providencias, pois, pedimos a quem competir por amor da moralidade publica, por amor desses que hoje são vadios, ébrios, e amanhã serão ladrões, e mais tarde tocarão a meta vergonhosa da inutilidade. (O ORBE, 1879. Ed. 80, p. 1)

Em primeiro lugar, o periódico *O Orbe*, um dos hebdomadários mais tradicionais do cotidiano maceioense, consagrou-se como a imprensa extra-oficial da classe dominante ou de seus representantes menores. Indignados e ao mesmo tempo reclamantes, a fim de manifestar suas angústias perante o fim do escravismo, anunciavam suas graves preocupações mediante a fuga de escravizados, ou outros artifícios sinônimos de rebeldia. De propriedade de José Leocádio Ferreira Soares, os editoriais eram publicados nas quartas, sextas e domingos⁴ com ênfase nos mais variados assuntos, trazendo notícias de outras regiões do mundo, oferecendo espaço para autores e anunciantes diversos. Em suma, um jornal parte da vida comum dos cidadãos maceioenses, feito para ser lido em massa, e reproduzido entre seus colaboradores, cuja boa parte eram senhores da lavoura e grandes proprietários.

Como resultado direto do modo de produção capitalista, aplicado em moldes escravistas, a miséria e outras mazelas estavam associadas ao típico modo gerador de lucro. Em um dado momento, surgiram sugestões para propor formas de isolamento, em asilos, prisões ou espaços dedicados para o trabalho. No decorrer das edições, muitos homens de negócios, ou profissionais estimados pelas suas funções, cobraram das representações políticas medidas para a criação de uma “asylo” de mendicidade e outros meios para higienizar a paisagem urbana. Quanto ao “asylo” para correção de mendigos, o noticiário impresso *O Orbe* relatou diversos debates entre reclamantes exigindo meios para solucionar os problemas da vadiagem na cidade, até mesmo aspectos peculiares que serão citados posteriormente, pois era um modelo que estava sendo aplicado em outras províncias da região nordeste:

⁴“Em 1886 passou a sair diariamente, com formato maior. Iniciou sem manifestação partidária, posteriormente passou a ser órgão do Partido Conservador, quando, então, passou a ser redigido por Manoel Baltazar Pereira Diegues Júnior. A publicação foi interrompida duas vezes, a primeira em 1880, voltando a circular em 12/03/1890, para logo depois ser novamente suspensa, só sendo retomada em 1896 e desaparecendo definitivamente em 1900 [...]” Ver verbete “ORBE, O” em: <http://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php> (acessado em 20/03/2023)

Diz o Jornal de Noticias da Bahia, que projecta-se no Porto um melhoramento importante, devido á iniciativa de governador civil e presidente da cama municipal. E' o estabelecimento de uma casa de correção para vadios, idéa esta que póde ser aproveitada entre nós, que temos grande numero de indivíduos que se entregam uns a completa vagabundagem e, outros a paratica de acções indecorosas. Levando uma vida miserável, quando podiam em uma instituição correccional tornar uteis a si e á sociedade. (O ORBE, 1879. Ed. 104, p. 3)

A partir de um argumento moral, os reclamantes, cuja função de ofício estava em atividades de prestígio e poder, reivindicavam a purificação dos espaços urbanos da cidade, limpando homens, mulheres e crianças para forçá-los ao trabalho como medida moralizante. Com a criação de um modelo para corrigir a famigerada vadiagem, seja com o trabalho forçado, asilos, casas de correção ou prisões, Maceió poderia tornar-se uma cidade menos atrativa para a prosperidade de pessoas pretas em busca da liberdade. A imposição de uma disciplina, pela disposição legal, indica uma ação sistemática entre a intelectualidade jurídica e os representantes do capital, em um ousado plano de recuperação de forças.

Em 1883 é possível encontrarmos um trecho em *O Orbe* (Ed 78, p. 2) informando a respeito da criação de uma loteria especializada para arrecadar fundos para a criação do Asylo de Mendicidade de Alagoas, tramitado por lei (O ORBE, 1883. Ed. 79, p. 1). Além da isenção de impostos, a Lei Provincial de n. 846, garantia o funcionamento da primeira loteria da província, apoiada por inúmeros setores da sociedade, bem como a Santa Casa de Misericórdia (O ORBE, 1883. Ed 85, p. 1). É de imaginarmos o empenho da sociedade maceioense, unida pelo embranquecimento, em criar meios para difundir uma ideologia de apartamento e higienização.

Como bem sabemos, as ações de resistência desempenhadas pelos escravizados ou pelos estigmatizados como ex-escravizados, percorriam distintas formas de quebra do moralismo padronizado pela classe dominante. Para os membros privilegiados da capital, uma pessoa negra sem ocupação estaria eleita a potencialidade de crimes, manchando a paisagem. No mais, investir em uma loteria seria uma forma ambígua de lucro para os todos os envolvidos. Os proprietários do jornal lucraram com anúncios, os proprietários e investidores da loteria tinham a oportunidade de “vencer” e levar o prêmio, e a sociedade alagoana poderia repousar tranquilamente, pois a paisagem urbana seria modificada pelo desaparecimento dos imorais e perigosos. O confronto entre grupos distintos, perseguindo o rastro de sobrevivência, seguiram como a tônica do campo de batalha.

Os membros classe dominante de Maceió enriqueceram mediante a miserabilidade da região. As oportunidades de trabalho não atenderam pessoas pretas da mesma forma que atendia pessoas brancas herdeiras de privilégios. O significado de trabalho para pessoas pretas encontrava-se em pura dissonância no seio da sociedade da época, em comparação aos laços de continuidade histórica apresentada pelo mundo dominado por um trabalho livre e um trabalho escravizado. O trabalho exercido por pessoas pretas estava sempre interligado a força, sujeição e controle. Partindo da lógica escravista, cansaço favorecia aos desânimos, e, portanto, mais dócil e fácil de dominar. Para os membros da classe privilegiada, o trabalho percorria uma situação favorável ao título, com um pouco mais de conforto, com pouco uso de energia física. De certa forma, a vadiagem e a mendicância podem ser entendidas como forma de protesto diante da pobreza desenvolvida na cidade, como apontou a historiadora Sandra Catarina de Sena:

A miséria e as desigualdades sociais geradas por esse processo fica visível quando nos deparamos com denúncias em jornais locais, a respeito da grande circulação de mendigos nas ruas da capital alagoana ou, ainda, quando encontramos relatos de trabalhadores que denunciam as péssimas condições de trabalho, as longas jornadas e as precárias condições de moradia. (SENA, 2019, p. 38)

De fato, acreditava-se no trabalho como meio necessário para corrigir o caráter daqueles considerados como parte de uma raça perigosa, pois as lembranças das revoltas e levantes rondavam. De acordo com a fonte citada acima, na edição d'*O Orbe*, o reclamante anônimo procurou a redação a fim de expor a indignação a respeito da crescente vadiagem nas ruas da cidade. O historiador Gustavo Barbosa, em sua dissertação *Uma possível "simbiose": vadios e capoeiras em Alagoas (1878-1911)*, descreve um acirramento sobre o conflito entre a classe dominante da cidade, contra a crescente presença de pretos e pretas que não estivessem exercendo funções para alguém. O autor afirma:

Em muitos casos estes indivíduos se dedicavam a um trabalho incerto, em busca da sobrevivência, ou passavam seu tempo em longas conversas entre si, jogando, bebendo ou até mesmo mendigando. Estes homens e mulheres foram retratados pelas elites como "perniciosos", vagabundos e causadores de desordens. (BEZERRA, 2017, p.42)

Inicialmente, ocorreu um debate a respeito daquilo que seria moralmente aceitável, em principal o poder moralista do trabalho. A ampliação dos estigmas contra a população preta, os colocando como vadios e preguiçosos, uma ação de caráter racial, com o objetivo de

ofuscar qualquer sentido de humanidade para os que não aceitavam mais o peso das correntes e sujeições. É importante mencionarmos a violência aplicada sem observar gênero, porém a violência sexual encontrou nas mulheres negras alvos mais específicos. De fato, diferente das fugas, insurreições, assassinatos de proprietários ou a criação de quilombos, práticas comuns no interior das províncias. Dentro das cidades mais urbanizadas, o ócio passou a ser a escolha dos que aguardavam pelo fim do escravismo, algo também apontado pelo historiador Ricardo Alves da Silva Santos:

[...] a opção pelo “ócio” era, de certa forma, uma reação de protesto em que o trabalhador, egresso da escravatura, queria afastar-se daquela terra e daquele trabalho, símbolos de sua escravização, na busca por autodeterminação e autonomia. Também os salários baixos contribuíam para o afastamento daqueles trabalhadores das regiões produtoras. [...] os senhores de engenho tinham dificuldades em manter os trabalhadores em seus engenhos e o sistema de jornal, pagamento adiantado pelo serviço, era insuficiente para fixar o trabalhador naquele ofício. Junto ao salário precário, a tentativa de impor uma disciplina ao trabalhador, era para este, razões para seu afastamento. (SILVA, 2019, p. 43-44.)

Pelo conteúdo do artigo citado acima, descrito no periódico *O Orbe*, e de acordo com Barbosa e Silva Santos, havia uma angústia devastadora no âmago dos sacerdotes da moralidade. Naquele momento, o empretecimento de Maceió pôs em prova a autoridade da classe dominante. Todavia, era importante cobrar do poder público uma ação, com o objetivo de higienizar a presença negra circulando em ócio, na cidade, principalmente em grupo. Quanto temática da vadiagem, Gustavo Barbosa enumera os seguintes dados, a partir do censo de 1872:

A população alagoana com profissão perfazia um total de 93.706 pessoas. Destas 71,68% eram indivíduos livres, que ocupavam majoritariamente as seguintes profissões liberais: religiosos (seculares ou regulares), juristas (juízes, advogados, notários e escrivães, procuradores e oficiais de justiça), médicos cirurgiões, farmacêuticos, parteiros, professores e homens de letras, empregados públicos e, por fim, artistas. Outros grupos de profissionais eram formados em sua grande maioria por indivíduos livres; era o caso dos militares, marítimos, pescadores, capitalistas e proprietários, com um número de 3.403 profissionais. (BARBOSA, 2017, p. 38)

Por outro lado, também havia a população sem profissão, os que exerciam algum ofício, porém não eram pertencentes uma categoria organizada ou reconhecida no meio social:

No quadro geral é apresentado um número de 165.618 indivíduos sem profissão, sendo abarcado neste total homens e mulheres livres e

escravizados, brasileiros e estrangeiros. Este número aponta que 47,59% da população Alagoana não possuía profissão. Destes 156.163 indivíduos eram brasileiros ou estrangeiros livres, e 9.455 eram escravizados. (BARBOSA, 2017, p. 35)

As diversas funções de trabalho dentro da cidade denunciam, por si só, o lastro incontestado da disparidade dos ofícios da época. A classificação entre pessoas com profissão e pessoas sem profissão, estabelece uma tipificação ensejada e calcificada entre potenciais cidadãos de bem e potenciais criminosos. O historiador aponta a urgência de uma reflexão sobre quem eram os profissionais e quem não era. Os variados ofícios, como sabemos, estava associado à condição do indivíduo, bem como as posições mais altas estavam preenchidas pelo núcleo de pessoas brancas do Estado. O posicionamento de classe e etnia esteve presente, mesmo de forma implícita em alguns momentos, no embate dos jornais maceioenses, como apontou Ricardo Alves da Silva Santos (2019). *O Orbe* pouco a pouco permitiu a presença de conteúdos racistas em edições, e por outro lado, o *Lincoln* declarava apologia ao abolicionismo⁵.

As ações contra alvos específicos denotam como a cidade de Maceió estava disposta a lidar com uma situação gerada a partir das escolhas da classe dominante. Com o medo de perder domínio, os proprietários de escravizados percebiam os dias contados do fim do regime escravista. Ademais, a população negra, por meio de ações abolicionista e os relatos de experiência de outrora, tomou para si o embate dos últimos dias até o 13 de maio de 1888. Na década da abolição, a circulação de ideais pelo fim do regime tomou a dianteira dos debates públicos. Excluindo todos os argumentos da passividade ou do protagonismo europeu frente às ações pela finalização do domínio do tronco e do chicote. Como veremos mais adiante, as fugas e formas marginais de obter a liberdade serviram para mostrar a força dos espíritos da resistência.

2.3. RESISTÊNCIA NEGRA, TENSÕES E AS DINÂMICAS NAS VÉSPERAS DA ABOLIÇÃO: A REAÇÃO DA CLASSE SENHORIAL.

⁵ “O *Orbe*, no decorrer da campanha abolicionista em Alagoas, assumiu o posicionamento em defesa daqueles que se sentiam ofendidos e caluniados pelos abolicionistas. Suas colunas reverberam as vozes dos proprietários temerosos de perder seu capital empregado na propriedade escrava. Nesse contexto elegemos o *Orbe* e o *Lincoln* como representantes dos escravagistas e dos abolicionistas respectivamente. Ver: SILVA SANTOS, 2019, p. 80.

Entrando novamente de acordo com Danilo Luiz Marques⁶, e com leitura de fontes, pairava, na década de 1880, uma atmosfera de tensões entre os proprietários de escravizados, dentro de funções diversas nas zonas de trabalho, e os escravizados apoiados pelos abolicionistas, amparado por leis que afetou o conforto dos senhores. Quanto mais próximo do fim, mais visível era o sentimento de fraqueza, amedrontando o decorrer do acirramento. É possível verificarmos o estado de pânico e confusão, presentes na postura antagônica, publicadas nos espaços de fala, alimentando a consternação e talvez próximo da sensação de absoluta impotência. A circulação da notícia de um levante de africanos em uma colônia portuguesa, noticiado em *O Orbe*, expôs a agonia dos representantes de ideologia do branqueamento:

Referem as folhas de Portugal que tristes acontecimentos se deram na Guiné Portuguesa, pela imprudencia do governador. O caso é o seguinte: O governador do Conchen requisitou ao Cabo Verde de um contingente de 50 homens, os embarcou na escuna Bissan e partiu pelo rio de S. Domingos a castigas os negros que se tinham revoltado contra a autoridade portuguesa. Ao desembarcar a tropa, os negros em numero superior a 3.000 cobriram sobre os pobres soldados matando a todos, podendo escapar apenas 4 que conseguiram chegar a bordo da escona. Esta poz se ao largo e então os negros vitoriosos, entrnado em Boler, deram saque á povoação e mataram cerca de 100 de seus moradores! (O ORBE, 1879. Ed. 001. p. 4)

A maneira como o redator decidiu eternizar o seu posicionamento, frente à resistência dos escravizados na Guiné Portuguesa, em artigo publicado na primeira edição do jornal, no ano de 1879. Como já averiguamos e pontuamos, *O Orbe* tomou para si a representação de tramitação de ideias da classe dominante, a partir dos artigos publicados por alguns representantes do núcleo senhorial. Dentro de cada edição, contendo seu recorte mais específico e detalhando o tempo no qual foi publicado, é possível descrever o sentimento exteriorizado nas palavras, em seus aspectos mais detalhados. A agonia não esteve, tão somente, em voga na complexa ação, desenvolvida pela resistência preta desempenhada pelos africanos, mas pela exuberante vitória no embate contra as forças militares, representando os interesses capitalistas da Europa. Assim como ocorreu no Haiti, em 1791, e outras revoltas internas em solo brasileiro, o medo dos proprietários evidenciou-se, principalmente, pelo

⁶ “Durante o passar da década de 1880, o número de fugas aumentava cada vez mais, causando preocupação aos escravocratas e evidenciando o protagonismo escravo na luta pela abolição. Em meados de 1885 ocorreu uma série de motins na Vila de Coruripe realizados por escravizados que tinham o objetivo de se dirigir a Maceió. [...] Nos primeiros anos da década de 1880, “ganhavam fôlego rebeliões escravas, algumas delas com ajuda de abolicionistas”. Com isso, em cidades como Maceió escravizados se aproveitam das brechas do sistema para agir como livres. (MARQUES, 2018, p. 307)

modo como deu-se a reação a respeito do ocorrido. O cenário brasileiro, em comparação com outros, despontava como um acervo crítico e incipiente a libertação dos escravizados, sobre isto, a historiadora Ângela Alonso (2015) infere:

O Brasil fora escravista em ampla companhia até o século XVIII, mas na primeira metade do XIX a cena se alterou. Um grande ciclo de abolições começou por São Domingos (Haiti), onde a revolução liderada pelo negro Toussaint-Louverture, em 1791, aboliu a escravidão dos negros, depois de cortar cabeças de brancos de três exércitos imperiais. Em 1807, o Império Britânico e os Estados Unidos acabaram com o tráfico em seus domínios. Em 1815, um congresso em Viena, com a participação de Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria, Suécia e Portugal, declarou ilegal o comércio internacional de escravos. A maioria das colônias espanholas da América fez, no início do século XIX, um dois em um: independência e abolição. Ao longo dos anos 1820, o cativo acabou no Peru, Chile, Costa Rica, Honduras, Panamá, Guatemala, Bolívia, México. Na década seguinte, foi a vez da Guiana Inglesa e das ilhas Maurício. (ALONSO, 2015, p. 15.)

Lidar com a insatisfação de pessoas negras, com força física e capacidade intelectual, em ações individuais ou coletivas, talvez tenha sido um dos entraves mais arduos e preocupantes da classe dominante, porém o aspecto jurídico traçou novos limites. Em outra ocasião, o jornal também registrou um fenômeno que merece atenção. Em sua sexagésima terceira edição, ainda em 1879, ano de lançamento, alguém⁷ declarou:

Consta-nos que em Jaraguá há quatro pretos acometidos de variola. Chamamos a atenção da autoridade competente para este facto, afim de que não se transmita o contagio a toda a população da cidade, e não termos mais tarde que lamentamos as consequencias do terrível flagello. (O ORBE, 1879. Ed. 0063, p. 1)

O bairro do Jaraguá, uma zona portuária⁸, muito conhecido por comportar boa parte da burocracia de Maceió, com vias de transporte facilitadora da logística de produtos e informações, pode ser elencada como também um dos espaços da cidade mais ocupados por pessoas pretas, em condições de trabalho ou não. Na perspectiva de Danilo Luiz Marques (2018), havia a possibilidade de encontrarmos múltiplas formas de sobrevivência, tecendo

⁷ O trecho não possui assinatura de autoria, sugerindo, portanto, que poderia ter sido uma denúncia anônima, ou constatado pelos próprios membros do corpo de edição do jornal.

⁸ A partir das disputas pela resistência chegarem ao nível mais crítico, muitas pessoas negras passaram a habitar próximas ao Porto do Jaraguá. Dentro desta ponderação, o historiador Danilo Luiz Marques contribui da seguinte forma: “A região portuária era um ponto de convergência de múltiplos personagens: escravizados fugidos, libertos, quitandeiras, ladrões e tantos outros que enredavam as malhas da luta pela sobrevivência. Desde o início do século XIX, a presença negra em Jaraguá era uma constante. Além de local estratégico para saquear os trapiches, o porto simbolizava uma oportunidade de mudança.” Ver em: MARQUES, 2018, p. 299.

uma Rede de Solidariedade e Resistência⁹ na região, pois é verificável uma divisão sexual de funções exercidas por pessoas negras, que tinham o objetivo de fortalecer uma poupança para pecúlio, cumprindo atividades caracterizadas pela fabricação e vendas de doces, uma prática autônoma dentro das tensões da época desempenhadas por algumas mulheres, por exemplo.

Em nenhum momento os quatro pretos citados nas linhas dos jornais tiveram suas identidades reveladas, foram tratados simplesmente como pretos doentes, um perigo para o bem público, com alto teor de periculosidade, elevado ao nível epidêmico. O exemplo do racismo autodeclarado e nítido na estrutura do texto jornalístico, cabe indagações sistemática de ampla profundidade, pois em diversas ocasiões os representantes da classe dominante de outrora tomaram para si a posse do Jaraguá, atribuindo o espaço somente para pessoas brancas, ou pessoas negras em atividade úteis para finalidades laborais.

A crise sanitária, muito bem estudada por Chalhoub documentada na obra *Cidade Febril*, chegou em proporções regionais, afetando o cotidiano, e especificamente na eleição de inimigos potencialmente perigosos para o gozo público. No Rio de Janeiro, as doenças chegaram no patamar de dizimar milhares de pessoas que habitavam em casas coletivas, compostas, em sua maioria, por pessoas pretas. O autor declarou, com base em suas pesquisas, o poder inflamável exercido das crises sanitárias em regiões habitadas por pessoas pretas em casas coletivas¹⁰, pois eram zonas de perigo dadas pela ausência de condições higiênicas, como parte do projeto de não oferecer condições necessárias para pessoas pretas que optaram por “viver sobre si”.

Carregados pela incerteza, advinda das decisões traçadas pelo Império ou pelos deputados, motivado por uma conjuntura externa e interna, os rumos do escravismo percorriam por uma trilha de incertezas, dado o crescimento de ações abolicionistas e os

⁹ Conceito debatido por SANTOS (2014) e MARQUES (2018), para caracterizar ações com senso de coletividade de escravizados, com o intuito de gerar uma resistência estratégica baseado na solidariedade e no sentimento de comunhão a partir dos fundamentos de liberdade, provocando o desequilíbrio pela oposição à passividade e aceitação. Sobre isto, Irinéia Santos afirma: “O contexto do final da escravidão em Alagoas foi bastante tensionado. A caracterização apresentada de modo ainda incipiente, ajudaria a entender como parte da população escravizada vai para o espaço urbano de Maceió e se organiza em redes de solidariedade para escapar e pôr fim à condição de cativo. A agitação ocasionada pelo aumento da população negra na cidade dava o impacto da importância fulcral da força de trabalho escravo e da culturalidade negra que se expressava fortemente na cidade. (SANTOS, 2014, p. 96)”

¹⁰ “[...] a importância das habitações coletivas nas últimas décadas da escravidão começa a se evidenciar: para escravos, assim como para libertos e negros livres em geral, as alternativas viáveis de moradia na Corte, no período eram cada vez mais os cortiços e as casas de cômodos. [...] Com frequência, era nestas habitações que os escravos iam encontrar auxílios e solidariedades diversas para realizar o sonho de comprar a alforria a seus senhores; e, é claro, misturar-se à população variada de um cortiço podia ser um ótimo esconderijo, caso houvesse opção de fuga.” Ver em: CHALHOUB, 1996, p. 28-29.

efeitos colaterais de leis específicas para a continuidade do modo de produção escravista. Por um lado, as pressões externas surtiram efeito, apesar do momentâneo, nas ondas do mundo atlântico, resultando na Lei Eusébio de Queiroz, em 1850; entretanto, somente com a Lei do Ventre Livre, segundo Wellington José Gomes da Silva (2017) que mecanismos foram mensurados, à revelia dos donos de escravizados. Em consonância com o autor:

A Lei do Ventre Livre foi responsável por modificar as estruturas da escravidão durante a segunda metade do século XIX. Pela primeira vez, o Império interferia no comando dos escravocratas sobre o controle da instituição. Por intermédio da Lei, foram reconhecidos dois mecanismos de alforria, o Fundo de Emancipação e o direito a constituição do pecúlio concedeu aos escravos o primeiro espaço legal de liberdade para escravos. Entretanto, a Lei não significou uma ruptura total do domínio senhorial e tampouco da escravidão. A ação do Império representou uma medida parcial, em que as alforrias seriam concedidas de maneira gradual.” (SILVA, 2017, p. 10)

Sob a vista da classe dominante, a lei serviu para uma melhor abertura ao escravizado, com um mínimo de vislumbro pela liberdade, suprimindo a condição de propriedade e aberto para um novo horizonte, o “viver sobre si”. No entanto, e de acordo com o próprio historiador Wellington José Gomes da Silva, a lei ainda colocava condicionante para o “pleno” gozo da almejada liberdade, porém com constante vigilância desempenhada através de meios repressivos, exercidos pelas forças policiais.

No caso específico do Nordeste, umas das principais queixas estava diretamente ligada ao contingente de escravizados empenhados para fortalecer as lavouras no sudeste do País, dado pelo efeito do comércio interno de escravizados. Além da sensação envolvendo os limites da Lei Eusébio de Queiroz¹¹ e da Lei do Ventre Livre, ou Lei do Rio Branco, o comércio interprovincial e os rumores de novas formas legais de liberdade provocaram mudanças no comportamento dos senhores, frente ao domínio de seus negócios, bem como tentou forçar uma domesticação maior ao escravizado, exigindo um bom comportamento. No caso da aplicação do Fundo de Emancipação, por exemplo, o proprietário deveria cooperar com informações sobre seus escravizados, o que não agradava visto a possíveis penalidades em caso de não registros (SILVA, 2017).

¹¹ “[...] é possível que as decisões que envolviam a escravidão foram respostas que o governo Imperial precisou apresentar na tentativa de atenuar as cobranças internas e externas. Enquanto isso, as ideias dos projetos emancipacionistas foram sendo desenvolvidas, até a sua regulamentação na lei Rio Branco, que tinha entre seus objetivos preservar ao máximo o status quo.” Ver em: SILVA, 2017, p. 21

Com a ampliação dos limites colocados para pessoas negras escravizadas, e o direito para formação de pecúlio, um valor para comprar o título de liberdade, muitos homens e mulheres apostaram em atividades pouco remuneradas e laboriosas, em vista ao perfil de trabalhador livre existentes nas cidades, como já comentamos. A Lei de 21 de setembro de 1871 penetrou no espírito ideologizado da classe dominante, vislumbrando o começo da perda de autoridade, e o ensaio de um “viver sobre si”, e dessa vez como algo permitido por Lei, apesar de não significar o fim da autoridade na relação da classe senhorial (SILVA, 2017). Apesar de tudo, devemos partir de uma perspectiva crítica acerca da liberdade condicional, onde diversos escravizados reprimiram suas inquietações, na tentativa de conter a animosidade ou o sentimento de cólera, pois era um dos requisitos para acessar o Fundo de Emancipação¹², em contrapartida, o número de alforrias particulares denuncia a discrepância em comparação com o número de documentos de liberdade concedidos pelo próprio, como consta na tabela organizada por Wellington José Gomes da Silva (2017), tendo por fonte o próprio relatório:

Liberdade particular e emancipação no Império.

Província	Título gratuito	Título oneroso	F. emancipação	Total
Amazonas	147	3	150	
Pará	1.267	936	76	2.279
Maranhão	2.868	2.868		
Piauí	643	419	124	1.186
Rio Grande do Norte	513	324	48	885
Pernambuco	2.220	563	341	3.124
Alagoas	346	570	122	1.038
Espírito Santo	694	281	77	1.052
Corte	1.317	1.317		
Rio de Janeiro	3.392	492	674	4.558
Santa Catarina	678	142	44	864
Total	16.086	3.747	1.509	21.342

TABELA 1. Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura 1879.

Em Alagoas, assim como em boa parte de todas as outras províncias citadas, os escravizados usaram de meios próprios, dentro da legalidade, para construir seus meios de

¹² “[...] o fundo buscava conceder a liberdade aos cativos que soubessem viver sobre si, e, assim, os escravos tinham que evitar recorrer à justiça para garantir sua liberdade. Igualmente precisariam reprimir qualquer iniciativa violenta, ou situações consideradas corriqueiras, tais como: a fuga, os vícios, a embriaguez e a vagabundagem.” Ver em: SILVA, 2017, p. 63.

sobrevivência e formas aceitáveis de acumular o valor útil para ter acesso ao meio reconhecido para obter a tão esperada libertação. Vale destacar o nível de coerção exercido contra o escravizado, forçando esconder dentro de si todo desgosto introjetado. Em contrapartida, para os membros da classe senhorial, mais valia manter o escravizado em seus domínios, declinando-os a sujeição de uma vida degradante.

Do ponto de vista ilegal, pelas margens do processo legal, muitos escravizados optaram por fugas ou até mesmo a insubordinação contra seus amos, em ações que demonstram a pura insatisfação com a conformidade do modo de produção escravista no qual estavam submetidos. Para o pensamento elitista e hierarquizado dos senhores, pessoas negras insubordinadas, aversas com as ordens de seus donos, cuja boa parte das vezes estava ligado a produção e reprodução das funções de trabalho forçado, eram consideradas seres imorais, digno de repreensão, pois não favorecia conformidade com o código moral, presente no imaginário hegemônico das raças eleitas. De acordo com Ricardo Alves da Silva Santos:

Ocupação, trabalho, obediência, eram práticas indispensáveis em uma sociedade miscigenada como a brasileira. Pessoas de “baixo nível mental” somente seriam efetivamente integrados à sociedade se estivessem sob constante controle do governo e das elites. Era, portanto, dessa forma que se pretendia combater a “vagabundagem”, entendida como um problema na medida em que se aproximava a extinção do regime de cativo. (SILVA SANTOS, 2019, p.30)

As inúmeras declarações de guerra contra vadiagem, mais precisamente, a guerra aos vadios, tomou as páginas d’*O Orbe*, na medida que o fim do escravismo avançava. Em reforço com o que dissemos anteriormente, o medo do empretecimento, assim como o medo da pátria ser tomada pelas mentes mais “atrasadas” levou, em grande medida, o apelo direto e ao mesmo tempo arguto, da tentativa de importar europeus para o Brasil. Em muitos casos, o assunto surgiu dado pelo falso empreendimento de substituição dos escravizados por força de trabalho livre e estrangeira, para suprir a perda de braços para regiões do sudeste, como já trabalhados

por Luana Teixeira (2016) e Maria Valéria da Silva Araújo (2020). Dentro de muitos projetos traçados e delimitados pelos intelectuais que pensaram meios de suprimir com o problema do escravizado, o desenvolvimento do fenômeno da aproximação do fim do escravismo, embranquecer a sociedade brasileira surgiu como uma alternativa para melhorar o perfil moral patriótico, com disciplina e cor branca, em tons linguísticos aceitáveis, de fé cristã e postura ilibada para o trabalho, tendo em vista que muitas pessoas não escravizadas também tiveram

aversão ao trabalho pouco remunerado e improdutivo nas lavouras, por exemplo. A alternativa pelo embranquecimento passou a ser reforçada em jornais, congressos e obras literárias.

3. A INTELLECTUALIDADE A SERVIÇO DO BRANQUEAMENTO: O CASO DE DUAS FIGURAS ILUSTRES.

A partir do debate estabelecido por Aimé Césaire (1978), observamos que a aspereza do racismo não provém, evidentemente, da ignorância ou da falta de conhecimento. Muito pelo contrário, o racismo é, sem sombra indubitável de dúvidas, empreendido por meio de intelectuais e figuras ilustres de uma época, principalmente em momentos que sugerem a formação de uma modelo nacional aceitável, baseado, em alguns casos, no modelo do tipo ideal de trabalhador nele constituído. De forma autêntica e contundente, o pensador africano expôs alguns dos intelectuais mais lidos, pesquisados e replicados na Europa. Em todo caso, a intelectualização do racismo presente nos debates acerca de raça, bem como elementos subjugados a partir da problematização racial vista pela perspectiva colonialista. Tais propostas elevam a discussão para um *status* de ciência e ganhou um título de “verdade”, podendo ser disseminado socialmente, até chegar ao comportamento e ações não pensadas, como parte do cotidiano. O apelo pouco crítico e correspondente com enfoques do privilégio de ser branco, pode ser apontado como uma alternativa de defesa em períodos de crise, intercalando um discurso violento com o apagamento de pessoas indesejadas.

O que chamamos ideologia do branqueamento, outrora pregada em discursos de extermínio ou em miscigenação, dentro do que foi o caso, enquadra-se em um conjunto de práticas relacionadas a modificar não somente o perfil dos trabalhadores, mas uma forma de clarear a paisagem humana, permitindo uma alternativa para o melhoramento da imagem fenotípica do cotidiano das cidades do Brasil. A busca de uma raça brasileira, debate trabalhado por intelectuais do espectro de Gilberto Freyre (2001), abraçando a causa da miscigenação como necessária para o progresso da raça brasileira, embora partindo por argumentos racistas, intermediários para afirmar a necessidade da mescla de raças, prevalecendo o lado português, argumento trabalhado detalhadamente em *Casa Grande e Senzala*. Pelo visto, a presença de pessoas negras em diversos outros espaços, longe dos engenhos ou sob quaisquer outras demonstrações de violência, demarcando traços dos

oportunismos dos mandos do senhor, deveria ser substituída por pessoas brancas, com potencial moral para exercer e retomar o trabalho.

No imaginário do maceioense médio, dono de um pequeno comércio ou profissional autônomo nos bairros mais movimentados e bem quistos, existem barreiras invisíveis e inquestionáveis, nas quais somente pessoas seletas podem habitar e realizar a vida prática. Um dos representantes mais diretos desse pensamento foi o alagoano Tavares Bastos¹³. Em anuência com Célia Maria Marinho de Azevedo (1987),

Tavares Bastos é um exemplo típico desta postura numa época em que ela ainda tomava forma. Em seus textos há uma ligação explícita e até mesmo orgânica entre o branco e o trabalho livre e, portanto, liberdade/progresso/civilização, o que por sua vez implica pequena propriedade/cultura intensiva e diversificada/desenvolvimento. Já o negro definia-se pela falta disso tudo, ou pela negação do que é bom, do que é ideal. O negro era o real a corrigir, pois denotava a própria escravidão e, por conseguinte, trabalho compulsório/ atraso/barbárie e imoralidade, o que implicava grande propriedade/ monocultura extensiva e rotineira/estagnação. (AZEVEDO, 1987, p. 65)

O esplendor intelectual não foi o bastante para esconder o viés racista e perigoso difundido por ele, na década de 1860, durante o século XIX. Em outras palavras, a solução, muito bem apresentada por muitos para embranquecer, é um resultado direto da multiplicação de pessoas que usaram dos meios estratégicos para romper relações de obediência com seus donos. Para Tavares Bastos, de acordo com a leitura de Célia Maria Marinho de Azevedo, o Brasil precisava do embranquecimento europeu para modificar seus modos de viver e reproduzir a vida, dentro de um formato moralizante, pois somente com a moral o progresso civilizacional seria possível. A renovação, como imaginado pelo intelectual, surge como fator determinante para moralizar e trazer o avanço à nação infestada pela presença do preto “preguiçoso e vadio”.

A divulgação de seus ideais apareceu no Jornal *Correio Mercantil*, transparecendo assim a potencialidade do alcance das palavras de um alagoano conhecido por defender o interesse da classe dominante. A partir da análise de Ângela Alonso, na obra *Flores, Votos e*

¹³ “A necessidade de renovar a população brasileira a partir da imigração branca foi muito bem explicada pelo alagoano Aureliano Cândido de Tavares Bastos em vários escritos da década de 1860. Formado em Direito em São Paulo em 1861 e eleito deputado por sua província no ano seguinte, Tavares Bastos abraçou desde cedo a causa das reformas políticas e sociais. Entre estas últimas, as questões relativas à abertura de condições que propiciassem a vinda massiva de imigrantes ocuparam uma boa parte de seus escritos e atividades políticas, tendo inclusive fundado em 1866 a Sociedade Internacional de Imigração.” Ver em: AZEVEDO, 1987, p. 62.

Balas: O Movimento Abolicionista Brasileiro (1968-88), Tavares Bastos considerou meios específicos para acalantar os efeitos nocivos do abolicionismo:

Aurélio Cândido Tavares Bastos, membro do Partido Liberal e seguidor atento da cena internacional — correspondia-se com a British and Foreign AntiSlavery Society —, via a escravidão como causa da miséria moral e material do país. Seu alvitre era extirpá-la aos poucos: aplicar a lei de 1831 (que libertaria os africanos chegados desde então), concentrar escravos no campo, taxar sua posse nas cidades, proibi-la a estrangeiros e prover emancipação gradual por meio de um pecúlio para a compra de alforrias, libertações anuais à custa do Estado e data-limite para acabar com a instituição em províncias com poucos cativos. (ALONSO, 2015, p. 18)

Para um membro do Partido Liberal, que segundo a historiadora Ângela Alonso pode ser considerado como um facilitador e agregador do “abolicionismo de elite” (ALONSO, 2015, p. 21), a postura condizente ao deputado e intelectual pode ser traduzida como estratégia útil para equilíbrio de tempo ao inevitável. Os diálogos de Tavares Bastos e associação inglesa, expõe o interesse mútuo em modificar o perfil civilizatório característico dos trabalhadores brasileiros, sinalizando uma oposição ao abolicionismo (ALONSO, 2015, p. 259): “A associação se formara nos anos 1830, quando os ingleses extrapolaram a campanha antiabolicionista doméstica em internacional.”As estratégias nefastas, com o objetivo de embranquecer o Brasil, seguiu através do horizonte político palpável, a fim de dirimir a presença do elemento servil, guiados por representantes políticos benfeitores da ideologia do branqueamento.

Em uma posição temporal um pouco mais a frente, porém pouco diferente da ocasião de Tavares Bastos, veio a público a figura de Manuel Balthazar Pereira Diégues Júnior. Conhecido através do título de bacharel em direito, professor, e defensor de uma educação moralizante, deputado da província (1878-1879) e membro da Sociedade Libertadora Alagoana, uma sociedade abolicionista peculiar, visto a posição que assumiu perante o abolicionismo, pontuado por Gustavo Bezerra Barbosa¹⁴ (2017), o intelectual foi convidado para defender os interesses da região mais afetada pelo comércio interprovincial, expondo uniformemente queixas frequentes da classe senhorial alagoana, defendendo expressamente o

¹⁴ Há uma hipótese que sugere o envolvimento direto da Sociedade Libertadora Alagoana como agente direta do controle e dos contrapesos no seio do abolicionismo alagoano. Para o historiador Gustavo Bezerra Barbosa, a sociedade abolicionista estava em ação com intuito de equilibrar a queda de braços quanto a liberação de escravizados, amortizando os supostos danos reclamados por muitos representantes dos negócios do escravismo. Segundo o historiador: “De certa forma, parece acontecer de fato que os abolicionistas ligados à Libertadora Alagoana não queriam o prejuízo da classe senhorial, e minimizavam este por meio da prática da manumissão.” Ver em: BARBOSA, 2017, p. 22.

coro uníssonu reproduzido por donos de terras, que vinham supostamente enfrentando problemas com a falta de trabalhadores dispostos a empreender força para tirar o fruto do trabalho, em nome do progresso e da lucratividade dos proprietários. O Congresso Agrícola do Recife¹⁵, realizado em 1878, pode ser caracterizado como um evento oportuno para lançar ao público a reverberação das insatisfações dos empreendedores da terra. Nas palavras do Dr. Manoel Balthazar Pereira Diegues Junior:

A agricultura tem sido até hoje, será ainda por muito tempo, e talvez sempre , o elemento capital da riqueza do Brasil . E' ella o manancial que, mais ou menos abundante, tornará mais ou menos grossas as correntes do commercio , das industrias , das artes, e das letras , que alimenta. p. 244

Escusado será procurar fóra della as causas do mal estar geral que agora affecta nossa sociedade . Não é a questão politica, que cumpre resolver pela eleição directa ou indirecta, pela monarchia ou pela republica ; não se busca a solução da questão religiosa ; não se pede nem se precisa diminuição de impostos, nem mesquinhas economias, com prejuizo dos melhoramentos que possam concorrer para o augmento da riqueza e progresso intellectual e moral. P. 244

Cumpre dar ao elemento agricola todo o desenvolvimento de que elle é susceptivel ; e com elle virá a remoção de todos os males que ora nos damnificam. P. 244

A Provincia das Alagoas, como as demais do Imperio , assenta na agricultura a base de sua fortuna publica e particular . p. 245

[...]

Na industria fabril, tem a provincia a fabrica de tecidos em Fernão Velho , a fundição de Cururipe , a fabrica de sabão de Jaraguá , fabricas de louça vidrada em Penedo, de louça ordinaria e tijolo espalhadas em toda a provincia ; assim como destilação de aguardente nos terrenos assucareiros , fabricas de oleo ao sul , e de cal por toda a parte . Podem-se aqui incluír as fabricas de fazer o assucar, descaroçar o algodão e pilar o arroz , e igualmente todas as machinas de fazer farinha e tecer o fio com que se fazem redes , cordas , pannos grosseiros , etc. p. 246

Para os que conhecem esses princípios da sciencia biologica e estudarão com philosophia a historia de nossa fundação colonial e independente , não é de difficil comprehensão a these . Muitas vezes se lança á conta de um homem o que é uma consequencia fatal do genio de uma raça , da má organização civil ou politica de uma sociedade . p. 249

¹⁵ Na perspectiva de Araújo (2018), a ocasião foi o melhor momento para a classe dominante da região Norte, que sofreu com os impactos do mercado interprovincial de escravizados, crises sanitárias resultando em mortes de escravizados e a diminuição de braços disponível em virtude dos efeitos da Lei do 21 de Setembro de 1871: “O congresso, organizado pela elite agrária nortista, objetivava melhorias em meio a tantos impasses, dado que, além de algumas províncias da região sofrerem com a falta de braços, todo o Norte enfrentava a crise açucareira e a grande seca que devastou a região entre os anos de 1877 e 1878. Havia planos de aproveitamento dos braços nacionais, mas reconheciam as dificuldades de efetivar tal objetivo, e por este motivo, algumas províncias nortistas desejaram a imigração, com o intuito de civilizar a população e principalmente abastecer de braços as grandes plantações.” Ver em: ARAÚJO, 2018, p. 108.

Nas palavras do Dr. Manoel Balthazar Pereira Diegues Junior, em consonância com as impressões diretas dos debates do congresso, os homens de intelecto imaginavam que o fim do escravismo não traria consequências tão somente à lavoura, mas os efeitos seriam nacionais. Na perspectiva dos proprietários, a lavoura e a indústria eram a força motriz do desenvolvimento do patriotismo, um ponto louvável para o crescimento de prestígio entre homens de bem, empreendedores do bem comum. Uma outra personagem do período retorna como símbolo de progresso, a Fábrica de Fernão Velho. Apontada como estrela radiante pelos defensores da causa do trabalho forçado e a moralidade, a simetria perfeita para o discurso dos fins do século XIX. Seguindo em conformidade:

[...]

A boa organização do trabalho depende de regulamento, que garanta as obrigações e direitos entre proprietários e lavradores, leis severas que ponham freio à vadiagem, isenções de serviço militar aos trabalhadores rurais, assim como outras que as circunstâncias deparem. P. 260

Convém mudar o curso do ensino; é necessário que, a par da educação intelectual, a escola ministre a educação social; a par da cultura ou ornato da inteligência, a escola proporcione o desenvolvimento das forças e suas aplicações no trabalho, assim como a perfeição da moral. p. 261

O ensino primário deve ser geral, mas útil, prático e não abstracto; se a escola é da cidade, o ensino seja inclinado ao comércio e às letras; se a escola é do campo, o ensino seja inclinado à agricultura e conhecimentos annexos. A cima da escola primária devem estar escolas profissionais práticas, propriamente para os operários, agrícolas no campo, comerciais na cidade, e de artes em toda parte onde ellas existem. p. 262-263

Desde que foi promulgada a lei de 28 de Setembro de 1871, dois elementos da sociedade nacional ficarão abalados: o trabalho e o pauperismo; o trabalho ameaçando decrescer pela falta de braços e o pauperismo aumentar pelo accrescimento de pessoas sem meios de occupação, sem tendências para ella, e naturalmente infensos a qualquer trabalho semelhante ao que occupava os escravos e aviltante por isso a seus olhos. p. 263

(Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife em outubro de 1878. Library of Princeton University. Recife, 8 de outubro de 1878 (p. 244 -272)

Para o ilustre Dr. Diegues Junior, a compaixão pelos negócios do campo deveria vir em primeiro lugar para preservar a riqueza da nação, ou melhor, o aprimoramento de uma identidade nacional. Para ele, o que danifica o crescimento dos meios de enriquecimento e prosperidade. Segundo ele, em primeiro lugar, deve-se organizar pessoas sintetizando elementos biológicos, filosóficos e históricos que teriam respostas e clareza para lidar com os

aspectos sociais e orientar o que pode ser feito, e lidando com o organismo racial e social. Um fato curioso a ser problematizado advém de diversas publicidades do “Collegio Bom-Jesus” em múltiplas edições d’O Orbe, sugerindo uma propaganda para a classe dominante formar seus filhos seguindo um viés conservador e ao mesmo tempo aberto à ciência.

O desconhecimento ou o esquecimento da envergadura intelectual deixada no passado, atingiu o potencial de observar e tratar das limitações de sua época. Para tanto, o autor também propõe reforçar a mesma resposta dada por muitos senhores donos de terra e escravizados na fase crítica das mudanças de paradigmas no mundo escravista nos trópicos: uma campanha pelo trabalho impecável e indissolúvel da mão-de-obra explorada, recuperando os ociosos e purificando a sociedade a partir da guerra contra a vadiagem. Para os presentes no famigerado congresso, a peleja contra a vadiagem traria soluções para moralizar e dar cabo dos comportamentos perigosos em potencial, reproduzidos pelos não brancos que optaram por uma vida distante das humilhações da servidão.

O aperfeiçoamento moral, como via de regra para ajustar pessoas e mantê-las longe dos vícios e práticas suspeitas, somente viria com leis de trabalho ou ações policiais e jurídicas com caráter punitivo e repressivo para quem cometesse tais práticas delituosas para o bem público. Dentro do imaginário da classe dominante, os padrões hierárquicos, bem como as regras deletérias à saúde física e mental do trabalhador não seriam levados em consideração, bem como o bem-estar das trabalhadoras domésticas que teriam de lidar com a violência sexual dos seus senhores. Isto também nos leva a pensar o tipo de educação pensada pelo Dr. Manuel Diegues, que enseja uma postura favorável para educar jovens da classe privilegiada a seguir o mesmo comportamento reacionário e virulento nas condutas de uma vida prática.

O lado conservador desses intelectuais alagoanos denota a impressão dominante, nos lugares de vitória erguidos sob o ácido sabor da barbárie (BENJAMIN, 1987), desaguando em críticas, em especial por parte do ilustre Dr. Diegues Junior transcendem o peso da Lei do Ventre Livre, que trouxe consigo dissabores aos proprietários, em engenhos e outros meios de exploração de vidas, através do trabalho não remunerado e com características raciais. Para ele, a Lei do “21 de setembro” não somente modificou as relações de trabalho, como também permitiu um abalo no controle dos senhores, e conseqüentemente afetou as relações sociais tecidas na paisagem urbana, e é nisto que reside a angústia dos representantes da classe dominante: a perda do domínio sob os pretos e pretas.

3.1. AS CORES DA LAVOURA E DA MARGINALIZAÇÃO: O SILÊNCIO AGONIZANTE.

Apegados ao modo de produção escravista e adeptos da hierarquização das raças, os antigos proprietários estavam à espreita da perda de controle de seus escravizados. Além de temer o fim de suas lavouras, temeram pelas frentes abolicionistas atuantes em Alagoas, sobretudo em Maceió. A atitude estratégica utilizada por parte dos defensores da manutenção do direito de posse do escravizado, bem como utilizá-lo segundo suas próprias vontades, tornou-se visível nas publicações d'*O Orbe*, dada pela ampla defesa do discurso de imigração.

A resistência preta no século em questão estava alicerçada na ancestralidade, transmitida oralmente entre os descendentes e herdeiros das forças palmarinas. O desenvolvimento, o progresso e outros conceitos interligados ao movimento retilíneo rumo ao futuro, dentro da premissa do modo de produção capitalista, esteve intrinsecamente interligado com a necessidade racial de exploração do corpo para domesticar a alma. Como consta na escrita de diversas literaturas, em específico no texto de Gian Carlo de Melo e Silva¹⁶, o batismo nos primeiros séculos de Brasil enquanto uma colônia portuguesa, era uma forma de controlar o corpo supostamente por intermédio da salvação da alma, a partir de um rito sacramentando na Europa e utilizado para converter pecadores e pagão, principalmente escravizados. A mudança do nome, o ato de receber, molhar a cabeça com água, em um ritual de passagem, serviu para trazer uma fagulha de possibilidade de libertação do tronco.

Em uma de suas célebres edições, somos capazes de encontrar a disseminação do racismo puro e simples debatendo formas de tirar pessoas pretas de circulação. Ao mesmo tempo que declara o sabor da vitória pelos trâmites da construção do famigerado “Asylo de Mendicidades”, constando dois artigos a respeito do monumento erguido como símbolo de barbárie, cujo um deles aparece na capa. A construção do prédio, em parceria direta com a Santa Casa de Misericórdia e arrecadando fundos via loteria especializada, precede um artigo reforçando e sugerindo a importação de europeus, um debate sobre a imigração branca e seus possíveis resultados favoráveis à sociedade maceioense:

CORRESPONDENCIA – A importancia da immigração européa

¹⁶ Ver em: *Escravidão e possibilidades de Alforrias no Período Colonial: Capitania de Pernambuco - Comarca das Alagoas*. SILVA, Gian Carlos de Melo. MARQUES, Danilo Luiz; SILVA, Gian Carlos de Melo; TEIXEIRA, Luana (org). *História da escravidão em Alagoas: diálogos contemporâneos*. Maceió: EDUFAL, 2017.

Os applausos e felicitações de que tem sido o alvo o senhor deputado Taunay pela apresentação, á camara dos deputados, dos seus projectos sobre a immigração e grande naturalização e pelos esforços e attitude que tem tomado na Sociedade Central de Immigração, propondo medidas sabias e de elevado alcance, provam mui claramente que a questçai de que temos nos occupado nas columnas deste jornal é, como já dissemos uma vez, tanto ou mais importante no nosso paiz que a abolição da escravidão.

Manifestações que partem de provincias, como S. Paulo, que conhecem bem a magna questão, porque a tem discutido e estudado, porque há muitos annos recebem em suas plagas tão poderoso elemento, devem merecer as mais sensatas reflexões da parte d'aquelles que não conhecem-n'a nem e julgam-n'a áquem do seu verdadeiro valor.

Tambem vemos os meios de que se servem os argentinos e os norte-americanos para desviarem a corrente immigratoria do nosso paiz e a propaganda forte e perseverante que empregam para attrahil-a ás suas regiões, já facilitando a passagem, já dando boas terras e hospedagem.

Isto prova ainda as vantagens elevadas que pode ella trazer á qualquer lugar onde se estabeleça.

[...]

O immigrante europeu, com os conhecimentos que tem grande e pequena industria, com os meios modernos que applica para lavrar a terra, com a pratica obtida pelo que tem feito e visto, vem nos ensinar outras producções, vem nos dizer o que se faz na Europa e vem nos dar o que ainda não sabemos, dando uma nova organização ao nosso systema agricola, indicando os processos de que uzam os seus patricios para usufruir a fertilidade do solo e augmentando as nossas fontes de riqueza.

Uma vez que seja estabelecida a immigração irá pouco a pouco fazendo desaparecer o nosso condemnado modo de só dedicarmo-nos a poucos generosos exportadores e de commercio interno fará crescer rapidamente o pequeno numero de fabricas que existem até agora.

Nos dará também o congraçamento das raças, a habitação de tão grande território, o augmento da renda do estado, em uma palavra influirá em tudo que possa traduzie adiantamento.

A louvação das ações das comissões e grupos adeptos da imigração europeia, em favor do embranquecimento, nunca ficou tão nítida nesta edição. É um verdadeiro embate racial, trazendo apenas a voz dos proprietários de escravizados e interessados no branqueamento da cidade. No imaginário do autor do artigo, o Europeu branco serviria para desempenhar trabalho em fábricas, com técnicas avançadas de produção. Dentro da perspectiva dos homens maceioenses de negócios aplicados, a vinda do homem branco, colocado de forma subentendida com importação de mão-de-obra qualificada, poderia até mesmo elevar o patamar da província de Alagoas, a começar por Maceió, do mesmo modo ocorrido em São Paulo, como consta no artigo inicialmente. Prosseguindo:

As instituições tomaram uma nova phase, porque um elemento novo e pujante concorrerá para o seu levantamento, porque um povo que tem grandes aspirações, que deseja bom futuro para suas famílias tomará parte nos nossos destinos e felicidade.

Há ainda um outro facto que mostra a importancia de immigração e reclama-a:

O movimento abolicionista que existe hoje em todas as classes, em todas as sociedades, em todas as reuniões, caminha acceleradamente para chegar á sua ultima victoria; e elle que estpa nos despertando a attenção, porque a transição porque já começa a passar o trabalho no Brazil está pedindo um auxílop, um apoio em prol da lavoura[...].

E' conveniente, portanto, que todas as provincias, maximo as do Norte, onde, acêrca deste assumpto tudo está por fazer, trabalhem d'esde já pelo problema no qual encheremos o futuro da patria.

Um alagoano, Côrte, 22 de Agosto de 1884. (O ORBE, 1884. Ed. 102, p. 2)

Dado pelo contato com algumas edições, é uma tarefa difícil encontrar os autores dos artigos pelos seus nomes. O formato anônimo das mensagens sugere hipóteses distintas, algo que pode ser investigado com mais profundidade. O interlocutor, sob o título de “Um alagoano”, esconde a face perante a covardia. O texto aborda, em muitos momentos, uma abertura consciente para alimentar um sentimento de justiça para os membros brancos da cidade de Maceió. Junto a isto, há um debate em torno de um texto a respeito da necessidade da imigração europeia.

A “nova phase” declarada é uma referência direta ao abolicionismo e ao fim do modo de produção escravista como conheciam antes, e seria necessário um outro tipo de trabalhador, para o bem de todos os que eram cidadãos de bem e defensores do modelo colonialista, nítido no aspecto da defesa pela família branca com a difusão de um modelo importado diretamente dos padrões europeus. Tomando por base o historiador Sidney Chalhoub, em Cidade Febril, os ideais de branqueamento estavam em efervescência, ao ritmo do fim do escravismo, nas regiões mais beneficiadas pelo mercado interno de escravizados. Segundo ele:

Conforme nos aproximamos do fim do século XIX, torna-se cada vez mais óbvio que o pensamento médico e as políticas de saúde pública do Brasil estavam profundamente informados por uma ideologia racial bastante precisa: ao menos no Rio de Janeiro e em São Paulo, tratava-se de promover ideal de embranquecimento da população. (CHALHOUB, 1996, p. 94)

O autor do artigo entende que as ações não são fáceis e automáticas, e por isso enfatiza os efeitos das ações do momento como investimento para o futuro, a base do progresso que viria em seguida, transcendendo o sentimento de otimismo pelo porvir. No Sudeste, ao caso do Rio de Janeiro, uma das cidades mais pretas do Brasil, representando uma grande porcentagem na recepção de escravizados ao logo dos modos de produção escravista, reprimiu duramente a população negra, demolindo cortiços e aumentando a vigilância policial, a fim de inibir o direito de “viver sobre si”. De acordo com Chalhoub, o papel da política, dentro dos anos finais do escravismo, decretou uma conduta típica da perpetuação moralizante presente na classe dominante local, como agentes da manutenção e da ordem, garantindo uma reação imediata em nome da paz e do bem público. Em Maceió, também deslumbramos partículas semelhantes, quando o chefe de polícia, após um desatino de algum representante da hegemonia branca, convocava o retorno à pacificação, por meio da força policial, para reprimir a vadiagem.

Dentro dos trabalhos que buscaram analisar a função desempenhada no contexto d’*O Orbe*, uma em particular chama muito atenção, destacada pelo alto índice de reacionarismo presente nos editoriais. Além dos diversos artigos que proclamam as palavras em favor da manutenção de lucros, a partir do uso da exploração pelo trabalho, muitos dos textos publicados elencam a presença de estratégias abordadas e difundidas para relacionar um diálogo entre os que lucram no interior e na capital. As lavouras e engenhos próximos a Maceió, destacando-se os presentes na faixa litorânea, o caso Maragogy (Maragogi), também participavam das discussões nas variadas edições do dia. Em um caso peculiar, podemos observar a cólera nas palavras de “Um agricultor”:

edição 121 - Aos agricultores e commerciantes e a todos que teem o que perder e são amigos da ordem

Todos os homens devem ser politicos; á indifferença politica entre nós devemos o estado de despreso a que temos chegado; vemos as facções darem leis ao paiz e dispor a sua vontade da fortuna alheia.

Se o agricultor não descançasse inteiramente nos nosso homens de estado, não contentasse em tudo aos chefes do partido quando se trata de eleição, não se viria hoje desapropriado de seus escravos, que constituem a unica fortuna de muitos, ou de todos, porque a propriedade territorial sem braços ficará depreciada, e nada renderá, sem que tivesse tido até hoje maioria na camara que os proteja.

[...] O governo de Sua Magestade o Imperador chegou a converncer-se que nada havia que recriar dos senhores de escravos, que poderia despejal-os de sua propriedade ostensivamente, para lhe ficar a gloria, se gloria ha em confiscar bens de seus governados em plena paz ! Apesar da pessima

instituição da escravidão encarada por qualquer lado, o Brazil tem vivido á custa do braço escravo, e sem gosado de credito invejavel no interior e no exterior, e só foi esmorecendo esse bem estar, depós que principiaram os effeitos da lei de 28 de setembro. O agricultor vio-se fraco na sua força moral o trabalho afroxou, e gastou as suas economias com a criação fillos livres de suas escravas, ficando estas desde logo depreciadas.

Vendo o agricultor a diminuição do seu trabalho e que não se podia mais fabricar, procurou auxiliá-lo do braço livre, o qual sendo em pequeno numero em vista da procura fez subir o salario, e impoz suas condições quanto ás horas de serviço esse auxilio tornou-se também frouxo e irremunerativo. A agricultura que, quasi toda, viva empenhada, vendo a ameaça de ser espoliado o seu capital empregado em escravos e execução em muitos lugares, dobrou de esforços e empenhou mais seu ferido credito sem resultado até hoje ; assim se explica o augmento da producção que se tem notado a par da decadencia da agricultura e do commercio.

[...]

O governo só attende para liberdade do escravo, só é movido pelo soffrimento do escravo, tem falsa philantropia, porque o goso do escravo pela sua liberdade é menor do que o soffrimento do senhor do escravo que perde com a liberdade do escravo sem justa indemnisação os meios unicos de subsistencia que com seu trabalho e muito illicitamente adquiriu para si e sua familia.

O agricultor em questão é pouco otimista, quando pensa na condução do fim do escravismo como algo irrevogável. Mesmo reconhecendo os possíveis impactos de um pós-abolição, o principal dano não seria aos pretos e pretas libertas, mas aos agricultores sem formas alternativas para tocar os projetos rentáveis da terra. No primeiro momento da fala, o autor anônimo chama atenção para o conceito de tomada *pólis* pelos homens que fazem política, dentro de uma perspectiva da velha democracia, do homem como animal político por natureza, e não pode negar tal designo. A acalorada defesa das disputas pelo debate em nível público apela para uma maior interação e presença nos debates, que decidem o rumo dos engenhos e lavouras. Para ele, os proprietários deveriam estar mais atentos aos debates nacionais e locais sobre o assunto. Em andamento com o artigo:

Se o governo vê só a liberdade do escravo pelo bem geral, vizando um futuro lisongeiro para o bem do paiz pôde conseguil-o com mais vagar e de modo que não dê prejuizo aos seus governos, é preciso que a felicidade de uns não se faça á custa da ruina de outros, só devem ser punido os culpados, os senhores de escravos neste paiz em geral não se opposeram, não se oppõem á emancipação dos escravos, mas querem gradualmente, e com justa indemnisação, o que é muito possível.

Quando se libertaram neste paiz os escravos, todos ficaram sendo mais escravos do que erão, todos trabalharão e terão de repartir com o estado o pão negro que ganharem, embora soffram fome e nudez os proprios fillos !!

...

[...]

Feita a emancipação para accorer as despezas do estado, tem maior numero de escravos como já dicemos para pagar o imposto ; tem os bens dos conventos, das confrarias, das irmandades, dos estabelecimentos de caridade, o peculio dos orphãos, &c.

Hoje todas as classes estão vendo o espolio da agricultura no que hão de soffrer tambem indirectamente amanhã soffrerão directamente e de sua vez fiquem disso certo todos os homens e corporações que possuirem fortuna.

Suppunhamos que os inimigos da fortuna em todos os paizes foram os vadios, preguiçosos, perdularios, jogadores, paroleiros, velhacos, criminosos, e afinal os viciados de qualquer ordem, mas agora dicamos sabendo que tambem há governos inimigos das fortunas dos seus governados como o deste paiz.

Não se deve desanimar nas maias criticas circustancias, a vida das nações está coo individuo na esperança, reunão-se os homens de bem amantes da ordem publica contra o inimigo, e ainda se salvará a fortuna particular e publica – a salvação esta nas proximas eleições, tomem em condiseração as escolhas dos representantes da nação e tudo estará remediado. Os deputados devem ser os que se comprometterem a fazer opposição absoluta a qualquer governo desta ou e outra situação que quizer abolir a escravidão logo, e sem justa indemnisação, ou de qualquer modo favorecer a emancipação gradual por menos de seu valor.

O governo não precisava da lei para apressar a abolição da escravidão, nessa parte o senhor Dantas nos fez um favor, a não ser seu pacto, ir a libertando a provincia que entendesse, não fizeram assim os ministerios passados desta situação? Mas não deixarão por isso de ser apoiados !

[...]

Vamos ás urnas, é o nosso ultimo recurso, temos homens nas nossas classes dignos de toda consideração a maioria dos homens de bem está connosco.

Maragogy 6 de outubro de 1884.

Um agricultor (O ORBE, 1884. Ed. 121. p. 2)

Em seguida, onde reside a tônica do texto, na mesma fonte, promove um atento olhar sobre as possíveis perdas da principal fortuna para as lavouras: o escravizado, rendendo serviço diuturnamente. Noutro momento, o representante dos homens da agricultura coloca em dúvida a potencialidade do escravizado em “viver sobre si”, colocando-o como incapaz de viver sem os desígnios de seu amo senhor, e assim podemos erguer a hipótese de muitos escravizados tenham escolhido a vida simples, em pequenas roças, ou em um modo ocioso e recusando-se ao serviço vexatório das lavouras, e, portanto, sendo um inimigo da moral e do bem público.

O artigo sugere uma convocação a eleições, dada a elevada efervescência sobre os apontamentos políticos que derrubaram o Projeto Dantas (MARQUES, 2017), que definia um caminho para uma abolição pouco agradável aos escravocratas pois não previa nenhum tipo de indenização, em plena tramitação de debates entre parlamentares do Partido Conservador e do Partido Liberal, ambos com interesses particulares sobre os próximos passos da abolição, porém foi derrotado e a Lei do Sexagenários, para libertar escravizados acima dos 60 anos, foi proposta em seu lugar.

Aos poucos, uma Rede de Solidariedade e Resistência tecida em Maceió. Um exemplo disto remete ao caso da proprietária chamada Umbelina Vianna de Aguiar que divulgou cerca de cinco anúncios à procura de seu escravizado José (O ORBE, 1884, Ed.145, p. 3). A descrição dada ao *O Orbe* oferece as condições do escravizado fugido, como “*bem preto, phisionomia agradável, estatura regular, rem falta dos dentes da frente, cabelo carapinha e muito espêso [...]*”. Com idade de 28 anos, natural de Garanhuns e sumido desde novembro, o sumiço do escravizado revela a preocupação de sua dona em recuperá-lo o quanto antes, pois suas características induzem a pensar que a servia bem, e para tanto os anúncios percorrem em torno de cinco edições. Em outra oportunidade, a mesma proprietária remete ao jornal sobre a existência de outra pessoa escravizada em estado de fuga, por nome de Maria (O ORBE, 1886. Ed. 57, p. 3), de 12 anos de idade, assim como no caso de José, quem recapturar Maria também seria gratificado. Um curioso anúncio sugerindo uma fuga em conjunto, proporcionando uma ação coletiva, por parte de Vicente, de 22 anos, e Amaro. Ambos eram de proprietários diferentes, e talvez da mesma região, correspondendo a Sergipe, próximo ao São Francisco, na cidade de Propriá, porém o artigo é noticiado por alguém em Atalaia (O ORBE, 1885, Ed. 31, p. 3).

As fugas organizadas para os grandes centros, como o caso de Maceió, revelam a concentração das campanhas abolicionistas, provocando o infortúnio de alguns. Sobre isto, escreveu um proprietário possesso de fúria contra a presença de pessoas negras nas imediações do Jaraguá, e em bairros vizinhos:

Quando me deliberei a dirigir-me a v.s., foi por vêr o estado em que se acha o districto de Jaraguá, aonde não se encontra garantia alguma para os bens e nem correctivo para os maus.

O commercio ali está sujeito aos larapios, que, a qualquer hora queirão tentar contra os estabelecimentos, certo de que não serão incommodados pela policia porque esta não existe.

Se há um subdelegado, este não pode se achar um toda parte, e quando tivesse o dom de ubiquidade, sem força nada faria.

Em todo Jaraguá poderá haver actualmente dous ou tres inspectores, e esses mesmos não podem fazer nada a bem publico ; porque são homens bons, mas sem prestigio, e assim dando se qualquer facto criminoso, não acharão quem acuda a seu chamado para perseguirem o delinquente.

Em Pajussára, lugar este muito povoado, aonde se agglomerão individuos de todas as classes, que no tempo de safra, vem alli trabalhar nas lanchas e n'outros serviços, e muitos que deixam as mulheres no sul e norte e alli ficão amasiados deixando as suas infelizes mulheres entregues ás vicissitudes da sorte, pois conta que de Maragogy até Ipioca conservão se no districto quize que deixarão suas consortes e vivem por [...] bebendo, jofando e rapinando.

E qual o motivo deste ajuntamento de vadios no districto de Jaraguá? E' falta de policia, é a impunidade do crime. E' a acephalia em que todo estado este districto digno da attenção do governo porque o Jaraguá é o imporio do commercio, é o deposito dos generos, é aonde tem a alfandega e todos os trapiches ; é donde o o cofre colhe melhor safra pecuniaria ; mas o contrario tem succedido, é o lugar para onde menos olhão os homens do poder ! De certo isso é censuravel.

Na proposta do artigo, o melhor a ser feito seria a ampliação do corpo policial por parte de figuras mais illustres, dotados de força e conhecidos pela crueldade com que tratam pretos e pretas em atos de perturbação da paz pública, como continuação sugere:

Saiba o snr. dr. chefe de policia que toda Pajussára não há um só inspector de quarteirão ; os lancheiros, que estejam ou não em serviço não largão a faca da cinta ; porque entendem que como são lancheiros e precisão de uma faca para o seu trabalho, devem tel-as cinta fôra de serviço, trazel-a como adorno no domingo e dias santos em passeios, e assim vão para as tabernas e quando alguns se embriagão por qualquer cousa fazem uso della. Esse abuso deve ser acabar ; porque assim priva se muitos attentados.

Uma patrulha com ordem de tomar facas em Pajussára bastava para moralisar esse lugar que não parece pertencer a cidade aonde há tantas autoridades.

[...]

Enfim snr. dr. chefe pelo que se tem dito é de suppor que v. s. deite suas vistas para este entiado, da cidade de Maceió e lhe dê mais socêgo e tranquillidade, visto os antecessores de V. S. tel-o deixado ficar no estado em que se acha.

Uma patrulha á noite em Pajussára é da maior necessidade, para tomar facas e para vedar os ajuntamento nas tabernas d'onde partem os barulhos.

A parte san do discripto de Jaragua muito confia e espera da policia de v. s.

O bem publico. (O ORBE, 1886. Ed. 54, p. 3)

O senhor anônimo, autodeclarado como “bem publico”, uma alusão ao padrão moral e bem quisto de cidadão incorruptível, declarou guerra apesar de uma postura defensiva. O anônimo cita a presença de pessoas negras vagando pela região, atuando como figuras de nível perigoso para o comércio local. Como já colocado anteriormente, o Jaraguá serviu como base de recepção para escravizados fugidos que pretendiam estabelecer contato com outros pretos e pretas fugitivos da condição de escravizados. No entendimento do imaginário do cidadão ilibado, a ausência de polícia era proporcional à presença dos crimes, e um é resolvido pelo outro. Em uma outra referência, na região da Pajuçara, conhecida pela atividade de trabalhos feitos por embarcações, continha homens que estavam trabalhando armados e tinham deixado suas mulheres para tentar a vida, com faca na cinta, simbolizando autodefesa.

Para bom entendedor, a reunião de homens pretos armados, em uma região movimentada da cidade, simbolizava empoderamento, seguido de uso da força para proteção individual ou coletiva. Outro aspecto que chama atenção advém dos casos de barulho, perturbando a ordem pública. Em ocasião distinta, entretanto partindo do sossego da ordem pública, a região de Bebedouro foi alvo de ações de homens pretos em condição em embriaguez, seguindo de roubos:

Do Bebedouro pedem-nos as linhas seguintes:

Projecta-se n’esta povoação um –quilombo—brinquedo estúpido, cujas consequências funestíssimas já se fizeram sentir aqui e n’essa capital onde a imprensa chegou a manifestar-se solicitando da policia a prohibição de tal divertimento incommodativo e perigoso, que altamente depõe de todos os principios de civilisação.

Nada é mais ridiculo que um bando de homens tisonados e ebrios, fingindo –negros—andar a roubar pelos quintaes, destruir bemfeitorias que todos fazemos e desejamos conservar e sem respeito algum penetrar em nossas casas abusando de nossa condescendencia e aproveitando de sua mascara para levar o que encontram sem ter cuidado de trazer, como promettem.

Levamos este facto ao conhecimento do publico confiados de que o iilustre snr. dr. chefe de policia nos há de livrar de semelhante praga não só porque muito convem ao nosso costumado socego, como também porque tal divertimento é projectado por méra especulação e é similhança das –pomposas cavallhadas—havidas aqui o anno passado pelo Natal, o que foi uma vergonha.

Attenda-nos snr. dr. chefe de policia. P. 1

6 de dezembro de 1882. (O ORBE, 1882. Ed. 138, p. 1)

Para os adeptos da manutenção da hierarquia racial, os aspectos alimentadores da diversão de outros eram assemelhados à perda da ordem da paz e sossego dos cidadãos de bem, comprometidos com a ausência de mobilidade social e do silenciamento de pessoas negras. A localização do Bebedouro, era uma região composta por pessoas de diferentes classes, bem como um dos melhores lugares para esconderijo e formação de grupos de resistência, dada a densidade das matas, como já foi debatido por Danilo Luiz Marques (2018). Na ocasião em específico, em dada a descrição dos feitores, homens pretos estavam sendo ameaçados por revidaram, em contragosto dos moradores da região, pela falta de oportunidades e poucas condições de vida diante da vastidão das misérias e angústias.

Um outro fato peculiar evidencia-se pela presença da palavra “quilombo”, em um tom depreciativo, para destacar a presença de pessoas negras em conjunto, pois a coletividade poderia induzir algum tipo de imoralidade. Uma outra perspectiva sobre a palavra quilombo remete, segundo o historiador Gustavo Barbosa Gomes (2017), a representação da Guerra de Palmares (BARBOSA, 2017. P, 56.), simbolizado pelo folguedo, uma entoação ao lazer e divertimento. Em acréscimo, e aprofundado um pouco mais a reflexão, a interpretação de encenação específica, com objetos e formato próprio e singulares, para rememorar acerca do Quilombo dos Palmares, ultrapassa o imaginário fictício e rompe as barreiras do simbólico.

A oralidade presente em as rodas de diálogos, cultos, capoeiras, ritos e a entoação de música, ou qualquer modo evocativo a jornada de Palmares, um alimentavam ideais libertadores através da memória. Por conseguinte, os fatores que denotam isso marcam o artigo do jornal, em aspectos que denunciam a aversão ao tipo de diversão não típica dos moldes da ideologia do branqueamento, e para tanto são colocados como um problema para a paz dos moradores exemplares da região.

No ano da véspera da abolição, os ânimos e pressões permaneciam firmes nas ruas da cidade, bem como a circulação de ideais por parte dos abolicionistas e os demais homens e mulheres que optaram pela resistência frente ao pavor. Como já comentamos, pouco a pouco, com a deliberação dos temas e das exemplificações das tensões, dentro de uma escalada sólida na postura antiescravista, Maceió tornou-se palco de desequilíbrio de forças, e o desafio para o chefe de polícia e outras autoridades responsáveis por colocar ordem. Dentro dessas características, os responsáveis pelo pouco de pavor que restava não tinham mais capacidade de designar ímpeto, em comparação a eferescência:

os proprietários e os abolicionistas

Felizmente já há governo na provincia de Alagoas ; foi o bastante a autoridade impôr o seu poder, para que a confiança publica visse que não foi de balde quando os proprietarios reclamaram por seus direitos sacrificados á mais criminosa vergonha esoculação.

Os escravos fugidos para o covil de Maceió estão voltando, alguns apprehendidos, outros apadrinhados ; é de esperar que o resto mais dias menos dias chegue aos serviço dos seus legitimos senhores.

Mas o que é de pasmar, o que há a espantar cosiste nas revelações que fazem, do que sofferam em Maceió nas garras dos larapios huminitarios, que lhes comeram o peculio que levaram: e o que mandavam fazer ! ...

O escravo fugido que não ganhava pelo trabalho, era obrigado a furtar para o cofre da abolição ! Eram os humanitarios que para tal fim mandavam seduzir os nosso escravos.

Que especulação !

E são esses caras-duras, que falam na triste sorte dos escravizados, expressão moderna e calculada para cobrir o senhor de escravo do odioso, odioso que só cabe a pertence a elles, verdadeiros larapios de gravata e impostura humanitaria.

Tenham vergonha, especuladores; si não têm animo de trabalhar, não queiram passar o bem com o pequeno dinheiro dos escravos que illudiram e dos serviços que usufruiram.

Miseraveis, larguem esse vicio de apossar-se do alheio. Quem não tem escravo sujeite-se á sua sorte, não queiram ter escravos alheios em captiveiro illegal para, a titulo de fundo de emancipação, mandarem uns para lenha, outros para o ganho e outros para suas cosinhas.

Quem possue escravos ca por estes engenhos ou sítios, ou herdou ou comprou, são meios legitimos de aquisição ; e meio legitimo não é seduzir o escravo alheio com promessa de libertação para os ter em trabalhos e serviços de captiveiro.

Quando na provincia não havia governo e a policia do snr. dr. Oitica insuflava a fuga, pelo retrahimento da policia, o direito dos proprietarios era escarnecidos ; hoje já não é assim ; e foi bastante e noticia de que o governo não apoiava essa sucia de vadios, que em Maceió querem passar bem á nossa custa, para que os escravos n]ao estivessem tão fogosos e esperançosos.

Pois bem, senhores abolicionistas, chegou a nossa vez para vos dizer –são por cá conhecidos os vossos nomes, e no fim do nome de cada um nós acrescentamos –é um bom ladrão.

Setembro –1878

UM PROPRIETARIO. (O ORBE, 1887, Ed. 109, p.2.)

O que poderia explicar o reaproveitamento deste artigo de 1878 retorna, anos depois, para recompor um debate acerca da ação abolicionista na cidade de Maceió? Na visão do anônimo “proprietário”, os abolicionistas seduziam os escravizados para agirem contra os

seus senhores, optando por caminhos de fuga, e inflamando outros a seguirem os mesmos caminhos. Os diálogos e informações que flutuavam dentro dos espaços privados, ou em lugares públicos, afloraram o anseio pela liberdade, em vista de uma terra prometida, como foi o caso do Ceará, 1884, que já tinha abolido o escravismo. Na mentalidade de alguns, Maceió era tido como um grande quilombo, como define o historiador Gustavo Bezerra Barbosa (2017):

Neste caso, pode-se perceber cidades portuárias como Maceió enquanto atrativas de um grande contingente de homens e mulheres, vindos muitas vezes do interior da província em busca de melhores condições de vida. Como afirmado, Maceió era vista como um “quilombo”, ou seja, um lugar propício para escravos fugitivos, um “porto seguro”. E, mesmo para aqueles que já tivessem adquirido sua liberdade, a cidade seria enxergada como lugar de oportunidades, e prováveis esperanças de uma vida nova. (BARBOSA, 2017, p. 75)

Maceió não pode ser considerada como um lugar otimizado para receber pessoas negras em busca de liberdade. As dificuldades em tecer as Redes de Solidariedade e Resistência são muito visíveis, quando analisamos denúncias de caráter repressivo, cobrando uma ação do chefe de polícia, de um juizado específico ou leis, que inibam os maus feitores das mediações. Os abolicionistas comprometidos não somente com uma abolição, mas com o pós-abolição, eram os alvos da vez, pois eram acusados de insuflar os ânimos dos escravizados. O empenho da classe dominante era confundir e colocar falsas narrativas para inibir a aproximação dos escravizados com as movimentações abolicionistas. No mais, em uma ocasião específicas, quanto mais retardado fosse a abolição, melhores seria para os proprietários, que viam o retorno ou apreensão de escravizados fugidos.

Na mesma edição, o jornal publicou uma medida tomada pelo poder legislativo, a partir da condenação da defesa pessoal de pessoas pretas, em situação de perigo. Em outras palavras, não reagir para não ser preso, pois um caso de reação seria imputado como crime, e a reação do poder público seria imediata. Tendo em vista o direito e os códigos de postura e códigos penais delimitavam a organização da vida, bem como reduzir o perímetro permitido à circulação de pessoas pretas, listando proibições e penas, em eventuais atitudes suspeitas ou perigosas, os fundamentos legais eram postos para evitar a desordem:

TRANSCRIPÇÃO Armas proibidas

O snr. ministro da justiça, na sessão de 23 do passado apresentou na camara dos deputados o seguinte :

SUBSTITUTIVO AO PROJECTO N. 49 DE 1886A assembléa geral legislativa resolve :

Artigo 1º Usar de agilidade ou destreza corporal, conhecida por exerciios de capoeiras, para o fim de fazer ou provocar desordens, de offender pessoa cauta ou incerta :

Penas de um a tres mezes de prisão com trabalho.

Si para isso os delinquentes se tiverem reunido em malta :

Si estiverem armados de quaesquer instrumentos ou armas offensivas, e ainda que não defezas:

Penas de trez ou nove mezes de prisão com trabalho.

Resultando offensas phisicas ou quaesquer outros crimes punidos pelo codigo criminal. Incorrerão commulativamente nas respectivas penas, conforme o mesmo codigo. (O ORBE, 1887. Ed. 100, p. 3)

Mais que um elemento cultural, a capoeira deteve um potencial instrumento de resistência, operacional e estratégico na defesa. O uso da capoeira revelava o uso do corpo, dos movimentos ágeis capazes de neutralizar o inimigo, apesar de uma considerável distância. O projeto tramitado em legislativo, baseado em outros códigos do século XIX¹⁷ que previam punição ou repressão dado o avanço da linha dos limites da legalidade, compostos por código de posturas municipais e leis provinciais ou nacionais, provinham de uma escolha racista a fim de denominar os resistentes como criminosos em potencial. Sobre a capoeira, Gustavo Bezerra Barbosa (2017) problematizou a concepção racista apontada anteriormente que a capoeira configurava uma tipologia específica de vadiagem, com um aspecto peculiar, pois permitia movimentos e golpes fatais, denotando, portanto, traços característicos de instrumento ostensivo contra a repressão, concatenado a resistência física como elemento plausível.

Caracterizada pela presença de música, dialeto particular e sonoridade pouco apreciados pela ordem pública, sincronizados aos movimentos ágeis e direcionados, praticado coletivamente, a capoeira sofreu perseguições juntamente com seus praticantes, pois era uma arma potencialmente perigosa aos regulamentos da ocasião. Dentro da perspectiva dominante, o crime seria oferecer resistência em uma situação de injustiça, precedido do odor racial, pois

¹⁷ Para solidificar a vadiagem como inerente a pobreza, e a repressão dos vadios como uma obra de bem público, podendo ser corrigida e tratada como um problema de segurança pública, Gustavo Bezerra Barbosa (2017), em sua perspectiva sobre a vadiagem e a jurisprudência, uma forma de abrir precedente para punir pobres pela sua própria pobreza. Neste caso, a pobreza deve ser entendida como oriunda do modo de produção capitalista, cuja principal contribuição ao direito é criar barreiras para punir miseráveis e impedir a mobilidade de classes, colocando os brancos como exclusivos.

a pena seria o trabalho forçado, em torno de três a nove meses para quem desobedecesse. Estabelecer a pena de trabalhos forçados para praticantes da capoeira revela o ápice da guerra contra vadiagem, ociosidade e outras formas de ócio como arma sistemática de resistência preta. Essas ações repressivas seguiram firmes, e também foram pensadas para um pós-abolição.

4. O TRABALHO, A VIDA E O COTIDIANO NO PÓS-ABOLIÇÃO: O QUE HÁ DE ESPAÇO PARA VIVER LIVRE?

A luta pela liberdade, por parte de africanos e seus descendentes em diáspora, surgiu de um espírito de resistência, construído desde a fundação dos primeiros quilombos, tendo seu auge na envergadura de Palmares. Entre os símbolos mais distintos, em comparação ao mundo de formação escravista, em Palmares havia um sentimento de pertencimento e proteção, e uma esperança para escravizados que ousaram enfrentar senhores e todo o sistema de regras presentes nas divisões de tarefas, caracterizadas pela raça dominante e raça dominada. Para sobreviver, pretos e pretas utilizaram da astúcia, mobilizando meios estratégicos e definindo métodos, observando o cotidiano e ouvindo atentamente conversas. Segundo Clóvis Moura, as práticas de banditismo social demonstram uma ação rebelde, demonstrando a indiferença com o tipo de vida que os escravizados e escravizadas eram submetidos, segundo ele outras formas de reações podem ser observadas:

Devemos dizer, para se ter uma ótica acertada do nível de resistência dos escravos, que a quilombagem foi apenas uma das formas de resistência. Outras, como o assassinio dos senhores, dos feitores, dos capitães-do-mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastravam por todo o período. Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo. (MOURA, 2021, p. 25.)

Palmares, um dos quilombos mais resistentes no qual temos relato, redefiniu a percepção sobre resistência preta ao longo do escravismo, e reverberou como símbolo de uma resistência altamente precisa, onde, segundo Flávio Gomes (2018), a alimentação era variada e abundante, atraindo atenção por demonstrar tamanha protuberância. As táticas desenvolvidas, a fim de afrontar uma política de Estado, permitiu uma fagulha de esperança, aflorado por gerações de escravizados que mal chegaram a sentir algum tipo sequer de leveza por não pertencer a um proprietário.

Séculos após o fim do quilombo, o mesmo sentimento de liberdade retornou, e intensificou-se dado o ritmo do fim do escravismo na década de 1880, já cogitado por diversos proprietários. Como refletimos anteriormente, em Alagoas, Maceió seguiu sendo um polo de atração a escravizados de outras regiões da província que desejavam distanciar-se da violência e da repressão, para homens, mulheres e crianças. A chegada do “13 de maio”, a assinatura da Lei Áurea, representou um alento, apesar de temporário, na qual Maceió estava repleta de pessoas negras, aguardando uma possibilidade institucional, legalizando o “viver sobre si”.

As ações da hierarquia branca, em alguns momentos, sugeriram embranquecer Maceió, a fim de melhorar o perfil do cidadão comum, o ideal apto para o trabalho e viver socialmente; ou simplesmente exilar pessoas, por representarem um perigo público, por meio de casas de correção, asilos e trabalho forçado. Um dos elementos inquestionáveis, dentro dos embates do pós-abolição, seguiu realçando a inexistência de ações promotoras das reparações históricas, com letramento ou uma forma de dividir terras, para o uso dos ex-escravizados. Para diminuir os impactos dado pelas fugas e rebeldia por parte dos escravizados, muitos proprietários utilizaram de alternativas próprias, revertendo o caminho de alguns queixosos, n’ *O Orbe*. Um ano antes da abolição, por exemplo, O jornal *Gutenberg*, um outro jornal tradicional da população maceioense, registrou uma denúncia sobre as andanças de capitães do mato, em Maceió.

Capitães do campo

No vergonhoso e aviltante mister de pegadores de escravos fugidos, andam por esta cidade uns tantos desalmados, armados ostensivamente de maços de cordas, a darem um tristissimo espectáculo, sobremaneira deponente de nossos sentimentos, da nossa civilização.

E essa vilissima profissão exercem-na elles officialmente, sem que senhor algum lhes houvesse feito encomenda de qualquer captura.

Declaram-no, sem rebulo e sem vergonha, que alvejam a molhadura a que não se esquivam senhor algum, quando lhe condizem escravos que andam foragidos !

Isto é deponentissimo; e seria acerto chamar a policia á ordem taes desalmados. (GUTENBERG, 1887. Ed. p. 1)

Apesar de um teor um tanto preocupado com a questão do escravismo, o *Gutenberg* manteve a veiculação de mensagens subliminares, cujo âmago parte da hierarquia racial. A presença dos capitães do mato, agentes direto para estabelecer a ordem, inibindo qualquer

possibilidade insurgente, incomodou moradores de Maceió, em uma localidade não especificada. Ainda sobre o *Gutenberg*, o historiador Ricardo Alves da Silva Santos, afirma:

O *Gutemberg* foi um dos jornais mais ácidos em seus editoriais e ativo na campanha de emancipação dos negros escravizados. No período da década de 1880 encontramos, nesse jornal, várias denúncias de maus-tratos condenando o “direito torto que dá a um homem o domínio exclusivo sobre outro homem”. Apoiava, constantemente, a atuação do movimento abolicionista na capital da Província de Alagoas, persuadindo a população alagoana da necessidade de extinguir a escravidão. (SANTOS, 2019, p. 74)

Com base nas informações citadas, os capitães do mato estavam agindo como caçadores de recompensas, passivos de premiações por recapturar escravizados fugidos. Para o *Gutemberg*, a continuidade de velhas investidas públicas, com os agentes responsáveis por desempenhar os planos oriundo do tormento hegemônico, representado pelos fazendeiros e proprietários; a ordem da ocasião ornamenta a agonia, o dissabor, proporcionado pelos ecos do final dos tempos do escravismo. Em mais um momento, houve um apelo para a civilização, cujo remédio seria a presença policial para recuperação do bem-estar. Em outro momento, a polícia empreendeu, semelhantemente, a mesma ação dos capitães do mato, e também foram cobradas providências, para apurar o ocorrido:

“Policiemos a policia

Chamamos a attenção do sr. dr. chefe de policia para o artigo que vae ma secção livre, onde se relata o attentado de que foi victima, em S. Miguel de campos, o cidadão Paulo Pereira da Silva, cujo, sem as formalidades lagaes, foi violado pelo delegado de policia d’ali, que andava a cata de negros fugidos, sem duvida á falta de mais honesta occupação.

Veja o sr. dr. chefe que seus agenes debicam formalmente a recente circular com que s. s. quis pôr um paradeiro ao vergonhoso espetaculo de andarem autoridades policiaes a entrar em concurrencia com capitães do matto.

Factos semelhantes que dia a dia estamos a registrar obrigamos a crêr: ou que a circular do sr. dr. chefe foi uma perfeita burla, um engodo com que s. s. pretendeu captar as sympathias da opinião, levando a suspeita de outras ordens reservadas a seus agentes; ou s. s. não tem o necessario prestigio para fazer respeiltar seus mandamentos. Em qualquer das hypotheses s. s. está macolocado. (GUTENBERG, 1887. Ed, 114, p. 3)

Em consonância com as informações indicadas, a polícia passou a ser apontada como agentes em nome da classe dominante, ao invadir uma residência à procura de pessoas escravizadas, que poderiam ter feito morada em alguma casa da região. Em um dado

momento, o reclamante preferiu o anonimato, talvez por medo de represálias, porém um vizinho local detalhou as ações, em o *Gutenberg*:

SECÇÃO LIVRE

Pergunta-se ao exm. presidente da provincia e dr. chefe de policia o seguinte:

Depois da lei Rio Branco, Saraiva & Contegipe póde-se admittir que a policia sem formalidade alguma cercar e varejar casas para captura de escravos que diz o senhor terem fugido?

Eis o facto:

Hontem ás 5 horas da tarde foi cercada a casa do cidadão Paulo Pereira da Silva, casado com Balbina Maria da Conceição, cerco ordenado pelo delegado de policia José Candido Correia de Araujo, a pedido do capitão de campo Jose Cabuxo.

O celebre sargento de policia Manoel Peixoto de Mendonça com tres praças derrubaram a cerca da casad e Paulo, viraram tudo e não encontraram a negra do delegado e Cabuxo!

Paulo fica hoje endireitando a cerca e ameaçado de novo cerco e varejo.

Provicencias exm. snr. presidente e dr. Oiticica.

S. Miguel 23 de Maio de 1887.

O povo indignado. (GUTENBERG, 1887. Ed, 114, p. 3)

Aos detalhes da informação, as ações deliberadas, por policiais conhecidos da região, obedeciam ao pedido de um capitão do mato, no qual transparece não ter autorização direta para adentrar a casa de Paulo Pereira da Silva. A ação policial, em conjunto com a caça de recompensa, avançou contra um princípio considerado inconcebível à ocasião. Invadir uma casa, sem uma formalidade, correspondia a atacar a dignidade pessoal de qualquer cidadão, dotado de direitos. Na primeira denúncia, a pessoa denunciante propõe convocar o chefe de polícia, na parte seguinte, a outra denúncia optou pelo contrário, e ir até o ponto mais alto da hierarquia jurídica, para reaver os danos morais.

Para policiar a polícia, somente por um patamar mais alto, pois a função das forças policiaes deveriam agir de acordo com os interesses do bem e da paz, todavia a experiência em S. Miguel dos Campos levantou dúvidas a respeito da potencialidade dos desvios de função, rompendo a posição privilegiada do cidadão lesado. É possível verificarmos um debate implícito sobre civilidade e moralidade, presente no trecho publicado no *Gutenberg*, evidenciando uma inquietação do momento, no final de 1880. A violação da propriedade, por exemplo, poderia transparecer uma violação aos símbolos da moralidade, a propriedade

privada e a família, partículas responsáveis por endereçar um padrão de progresso, dos amantes da pátria.

Para *O Orbe*, o atraso do escravismo era um caso de progresso civilizacional, em comparação aos embates sofridos contra Inglaterra, na conjuntura internacional. Na pior das hipóteses, serviu como propaganda para atrair novos imigrantes, definidos como bastiões de civilidade e altivez, progredindo as concepções de trabalho, tomadas por pessoas brancas. Em outras palavras, para o progresso chegar, seria necessário apaziguar os ânimos políticos e reunificar o espírito de desenvolvimento da Pátria, livrando-se o do elemento servil, pretos e pretas anteriormente utilizados aos desejos sórdidos pertencentes à classe dominante, em lavouras ou em sobrados, nas zonas urbanas ou interioranas.

Para elucidar a questão, Wlamyra R. de Albuquerque (2009) aponta a existência de uma instabilidade, apesar da solidez pouco abalável das concepções erroneamente repetidas, no mundo sugerido pela associação perigosa entre o padrão abreviado pelas raças em antagonismo. Segundo a historiadora:

Num país secularmente escravista, a extinção do binômio escravo/senhor trouxe instabilidade para relações fundadas em antigas regras, ameaçou velhas políticas de sujeição e inclusão social, ainda que a abolição não as tenha extinguido. Sem menosprezar os percalços que deram tons distintos ao fim da escravidão nas então promissoras áreas cafeeiras e nas decadentes regiões açucareiras, o desfecho do processo emancipacionista brasileiro primou por evidenciar a importância conferida à ideia de raça naquele contexto. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 97)

A escolha em referenciar a raça preta como detentora dos títulos de obediência, acatando e tomando como o *status* de raça inferior, partiu da decisão dos distribuidores do racismo, pois trataram negros como incapazes de “viver sobre si”, sem o sobressalto da docilidade, fruto da violência. Portanto, a abolição apenas intervém na superfície, a fina epiderme constituída em antigos tratos, fundamentados em ritos de continuidade, uma herança dos comportamentos e escolhas arquitetadas no colonialismo. E, neste caso, o que restou para pessoas pretas?

4.1. OS EFEITOS DA MARGINALIZAÇÃO: O PÓS-ABOLIÇÃO E OS EFEITOS COLATERAIS DE UM ABOLICIONISMO DE ELITE

A promoção da efervescência e o clima de animosidade, segundo a historiadora, incomodou aos antigos proprietários de escravizados, ressentidos pelo decreto do fim do escravismo, o motivo do lucro da classe dominante brasileira. O escravizado, que anteriormente deveria ceder obediência aos valores e regras que delimitavam as zonas de convívio e hierarquia, poderia gozar de algum tipo de liberdade, desfavorecendo o trabalho nas lavouras ou quaisquer tipos de sujeição com má remuneração. No entanto, saudar os novos tempos, oriundos de uma suposta nova etapa, não garantia um melhor modo de vida, e arrastou vidas negras para uma “nova phase”:

“Nova Phase

Finda como está a gloriosa campanha abolicionista, em que os benemeritos da patria e da humanidade empenharam todos os seus esforços, toda a sua dedicação, resta que o paiz inteiro se prepara não desmentir aos olhos do mundo civilisado os louros advindos dessa esplendorosa conquista.

O trabalho livre, que ha de ser o elemento poderoso, a base solida da nossa futura grandeza, terá necessariamente de produzir a riqueza a e fazer de cada cidadão um denodado batalhador da estabilidade social.

Desde que a extinção do elemento servil, a que se achavam prezas todas as reforma sociaes, realizou-se do modo mais digno e recompensador dos esforços da nação, é justo que não tardem as outras reformas complementares e, todas hão de vir coroar do melhor exito as aspirações patrioticas dos bem intencionados.

A divisão da grande propriedade, de modo que cada individuo laborioso e economico, sobrio e pensador, venha a ser um proprietario, é medida tanto mais importante quanto deve constituir mais tarde o problema dos partidos que laboram pelo engrandecimento do paiz.

E nessa faina incenssante, por entre a marcha trignphal do progresso, o Brazil caminhará sem arrefecer, sempre a par das nações adiantadas e sempre convencido de sua importancia relativa.

Não é o tempo ainda de definirmos exactamente a verdadeira posição do partido conservador, pois que este, dividido por amor da questão do elemento servil, ainda não voltou ao estado normal, nem os seus mais importantes chefes pronunciaram a palavra de ordem, que devemos seguir como exemplo de coherencia politica e solidariedade attinente à cohesão das idéias.

Emquanto isto não acontecer, será nossa divisa trabalhador sempre para que o Brazil seja o primeiro, entre os grandes paizes do mundo.” (O ORBE, 1888, Ed. 65, p.1)

O jornal *O Orbe*, conhecido pela sua simpatia com os proprietários, garantindo uma via de mão dupla para permitir a circulação da ideologia do branqueamento, e da superioridade de civilizações acima de outras. Neste artigo, abrindo a edição, reimaginou uma

nova etapa na qual apagaria um passado não tão distante e nem tampouco motivo de vergonha, alimentando a partir de meios distintos por trocas de informações. O novo momento seria inaugurado pela justiça de um trabalho livre, sem os mandos e desmandos de outrora, como se as regras do jogo fossem modificadas, com a finalidade de receber os egressos, porém não modificou, em nenhum momento, o peso da hierarquia racial, construída a partir dos largos anos de luta e resistência preta. Dividindo espaço, na mesma página, *O Orbe* sugeriu um evento cômico, com a temática em torno da abolição do escravismo:

Theatro em comemoração ao 13 de maio

Para o domingo 20 de fluente tem *Gremio Litterario Alagoano* prepara uma grande festa no Theatro Maceioense em regosijo da emancipação dos escravos.

Subirá á scena o drama em dois actos —scenas da escravidão— de maravilhoso e surprehendente effeito, seguindo-se duas comedias que hão de arrancar estrepitosas gargalhadas da prte dos espectadores.

Contam-nos que será cantado por senhoras um hymno abolicionista expressamente composta pela talentosa expressamente composto pela talentosa e inspirada poetisa D. Maria Jucá para este pomposo festim.

O *Gremio Litterario* acompanhado de todas as classes sociaes, das corporações litterarias, scientifica e abolicionistas, corpo commercial e precedido da philarmonica Minerva e da musica da policia percorrerá em marche *aux flambeaux as principaes* ruas da capital, dissolvendo se na rua Nova, á porta do dr. José Duarte, que será neste momento alvo de uma significativa manifestação por parte desta humanitaria e patriotica sociedade.

E' de esperar que o generoso povo alagoano que nunca recusou seus valiosos serviços á causa santa e bemdita da civilização pátria, um vez que esta triumphante na lei diamentina de 13 de março vae ser glorificada pela mocidade, não deixe de concorrer ás suas brilhantes manifestações que serão um padrão para todos.

A redação do Orbe por sua vez comparecerá

(O ORBE, 1897. Ed 0082, p. 2)

O mérito de um evento, com direito a presença de figuras ilustres, inclusive por abolicionistas, unidos pelo progresso da civilização, pareciam estar oferecendo um banquete aos longos anos da barbárie continuada e lucrativa. De forma implícita, a comemoração da Lei Áurea insinua um louvor aos últimos atos imperiais, pronto para inaugurar uma nova etapa cívica, livrando-se da participação da mancha de atraso, dado pelos escravizados. Em cena única, estariam sendo representados figuras fundamentais durante os anos de perseguição a pessoas negras: a polícia, representada pela banda policial; o Grémio Literário Alagoano, um laço de pessoas abastardas, com objetivos questionáveis quanto a libertação de

escravizados; O jornal *O Orbe*, ferramenta de comunicação útil aos eleitos da classe dominante.

Sob este aspecto, podemos mencionar as reflexões de Clóvis Moura (2020), em *O Negro: de escravo a mau cidadão?*, sugerindo a dianteira de um debate importante, acerca das supostas escolhas para os escravizados, em um mundo pós-abolição. Em acordo com o cientista social, devemos associar a marginalização de pretos e pretas, a partir de uma escolha inteiramente responsável, da classe dominante, pois o pós-abolição revelou-se, em sua totalidade, dúvidas sobre os rumos dos excluídos para o mundo de um “trabalho livre”, no entanto, a própria defesa da existência de um trabalho livre prevê uma dicotomia de conceitos, socializado dentre os queixosos, em diversos artigos de jornais. O assim chamado “trabalho livre” é uma antítese aos outros tipos de trabalhos, baseados em modelos escravistas, e fez-se necessário colocar cada representação separada, ocupando lugares e posições relacionadas aos privilégios. Sobre isto, o intelectual reafirma:

A mão-de-obra excedente, numa sociedade competitiva, tende a se marginalizar. Se ela não é absorvida e integrada na economia em expansão e não se cria mecanismo capazes de emprega-la, há a tendência de marginalizar-se progressivamente e quanto mais ela se marginaliza, menos condições tem de sair desse estado de marginalização. (MOURA, 2020, p. 39)

A Lei Áurea, apesar de pequena e curta, reconduz uma forma muito peculiar de tecer os rumos de um País formado pelas leis favoráveis aos senhores e perigosas para pessoas pretas. A essência da Lei ultrapassa o campo semântico e toma conta da epistemologia, pois os escravizados de outrora poderiam ser reconhecidos por “livres”. Segundo a historiadora Wlamyra R. de Albuquerque, os dois minúsculos parágrafos assinados por Princesa Isabel não exibiram a pujança esperada entre alguns grupos, porém teve força o suficiente para gerar uma rede sistematizada de comemorações:

Embora a abolição não tivesse sido a tempestade avassaladora como disseram os mais alarmados ou ficcionistas, o clima de paz exaltado em muitas reuniões dos abolicionistas foi ilusório. Poucos dias depois do 13 de maio de 1888, o Ministério da Justiça recebeu de diversas províncias comunicados de pedidos de ajuda para sanear os ânimos, ou conter um “perigoso estado eufórico”. Era a insatisfação dos fazendeiros, as contendas entre ex-escravos e ex-senhores, as disputas entre liberais e conservadores a promover o que mais assusta os poderes públicos: a desordem. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 95)

Refletir sobre a perspectiva oficial, dentro da repercussão do pós-abolição, deságua em um oceano profundo de injustiças, dotado da absoluta capacidade de manter os preceitos de violência, a partir das interações de pessoas pretas com seus saberes e modos de “viver sobre si”. De acordo com o que afirmamos anteriormente, Maceió permaneceu a reafirmar, a contragosto de uma parte dos habitantes da cidade, como um espaço de gente preta, reproduzindo sabedoria, religiosidade e outros tipos de demonstração da essência africana.

Em contrapartida, a ausência de um projeto reluz a existência de um propósito, calcado em estabelecer barreiras, institucionalmente postas, impedindo a reivindicação ou a sugestão quanto às mudanças significativas, alimentando a continuidade dos antigos fundamentos integrados ao cotidiano, e reproduzidos socialmente. A articulação da classe dominante com a conservação das exigências morais exacerbadas, exercida sobre pessoas pretas, tornou-se uma pedra angular, instrumento balizador quanto à extensão dos poderes de controle. Quanto ao escravizado, a liberdade poderia incluir diversos significados, permitindo afastar-se das lavouras e recriar um caminho, reconectar-se com memórias ancestrais. Segundo a historiadora Silvia Hunold Lara, o significado de liberdade, a população negra, no pós-abolição, poderia:

Às vezes, ser livre significou poder viver longe da tutela e do teto senhorial ou poder ir e vir sem o controle ou restrições; outras vezes significou poder construir laços familiares e mantê-los sem o perigo de ver um membro da família ser comercializado pelo senhor. Muitas vezes, a liberdade significou a possibilidade de não servir a ninguém, e, aqui, a palavra liberdade adquire dimensões econômicas, conectando-se à luta pelo acesso à terra: durante a escravidão e depois da abolição, muitos ex-escravos lutaram para manter condições de acesso à terra conquistadas durante o cativeiro. (HUNOLD LARA, 2012, p. 28.)

Para efetivar a liberdade, a escolha poderia transcender a negação dos tipos de trabalhos oferecidos, em âmbito institucional. Escolher entre servir ou não servir, colocou dúvidas quanto ao decorrer da extensão do bem-estar social entre pessoas brancas que lucraram diretamente com o uso de escravizados. A força do abolicionismo, embora reivindicadora de ações práticas objetivadas quanto a diminuição dos severos anos atormentadores. A ruptura continua sendo um elemento questionável, dado ao uso das forças das leis, redigidas e reintegradas à tutela e controle. Os possíveis desvios de lei e ordem, o Código Penal de 1890 previu retaliações diretas contra praticantes de atos ilícitos, passivos de punição, com um caráter exemplar para servir aos criminosos em potencial. Em trechos

específicos, alguns capítulos declaram o objetivo racial das leis, em essência, impedindo elementos essenciais dos africanos em diáspora:

CAPITULO III

DOS CRIMES CONTRA A SAUDE PUBLICA

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos:

Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

Parapho unico. Pelos abusos commettidos no exercicio ilegal da medicina em geral, os seus autores soffrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes a que derem causa.

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

§ 1º Si por influencia, ou em consequencia de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação, ou alteração temporaria ou permanente, das faculdades psychicas:

Penas - de prisão cellular por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000.

§ 2º Em igual pena, e mais na de privação do exercicio da profissão por tempo igual ao da condemnação, incorrerá o medico que directamente praticar qualquer dos actos acima referidos, ou assumir a responsabilidade delles.

Art. 158. Ministras, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fôrma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro:

Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

(CÓDIGO PENAL, 1890)

A essência bacharelesca e acadêmica se sobressaiu juntamente com o preconceito racial, agregando as substâncias integrantes da religiosidade africana e indígena, socializado entre descendentes da diáspora. Em uma época cujo tratamento médico permanecia em um horizonte distante, utilizar de meios alternativos feria a concentração de saberes adquiridos por filhos da herança hegemônica branca. O conhecimento da natureza, quanto ao uso de ervas e raízes, ou o uso da magia, referindo-se às crenças africanas ou indígenas, despertou uma caçada aberta aos praticantes, muito bem direcionados à defesa do silenciamento. Os valores eram inviáveis quando praticados, quase que exclusivamente por pessoas negras. De acordo com a indicação dos artigos, o amor e as doenças poderiam estar interligados ao desempenho da magia, e, portanto, seus praticantes deveriam ser punidos. Seguindo o mesmo padrão moralizante, outros capítulos buscaram reafirmar a continuidade da guerra contra vadiagem:

CAPITULO XII

DOS MENDIGOS E EBRIOS

Art. 391. Mendigar, tendo saude e aptidão para trabalhar: Pena - de prisão cellualar por oito a trinta dias.

Art. 392. Mendigar, sendo inhabil para trabalhar, nos logares onde existem hospicios e asylos para mendigos:

Pena - de prisão cellualar por cinco a quinze dias.

Art. 393. Mendigar fingindo enfermidades, simulando motivo para armar á commiseração, ou usando de modo ameaçador e vexatorio:

Pena - de prisão cellualar por um a dous mezes.

Art. 394. Mendigar aos bandos, ou em ajuntamento, não sendo pae ou mãe e seus filhos impuberes, marido e mulher, cego ou aleijado e seu conductor:

Pena - de prisão cellualar por um a tres mezes.

Art. 395. Permittir que uma pessoa menor de 14 annos sujeita a seu poder, ou confiada á sua guarda e vigilancia, ande a mendigar, tire ou não lucro para si ou para outrem:

Pena - de prisão cellualar por um a tres mezes.

Art. 396. Embriagar-se por habito, ou apresentar-se em publico em estado de embriaguez manifesta:

Pena - de prisão cellualar por quinze a trinta dias.

A mendicância, ato público de vadiagem, sempre foi condenado socialmente, entre os queixosos ao passo do fim do escravismo. De acordo com o que vimos anteriormente, a não aceitação ao trabalho poderia ser interpretado como afrontar a manutenção dos mandos e

escolhas dos senhores. Os vícios e outros problemas oriundos do modo de produção escravista, convertiam-se em respostas fúteis e violentas, indicando o trabalho como remédio, ou a ausência do trabalho resultou em um mal-estar generalizado, afetando a paisagem urbana das cidades e os lucros das lavouras. Sobre a vadiagem, o Código pontua que:

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes: Pena - de prisão cellualar por quinze a trinta dias. (CÓDIGO PENAL, 1890)

Para completar os labirintos raciais, e fazendo presente o historiador Gustavo Bezerra Barbosa (2017), a criminalização de atos não dignos para a paz pública transcendem os códigos civis e penais, aplicados em âmbito federal o municipal, e apontam para uma caçada aos sujeitos impróprios, deletérios para o novo mundo pós-abolição. A capoeira e a vadiagem, constando no capítulo seguinte, apontam para punições em atos de defesa e proteção de pessoas preta em condições de perigo, visando proteger a saúde física contra possíveis inimigos. Segundo o mesmo capítulo:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena - de prisão cellualar por dous a seis mezes.

Parapho unico. E' considerado circumstancia aggravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do art. 400.

Parapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquillidade ou segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas comminadas para taes crimes. (CÓDIGO PENAL, 1890)

O código previa punições específicas para impedir o uso da força para proteção pessoal, resultando em ferimento ou lesão grave seguida de morte. A punição dobrada, para líderes, com a finalidade de inibir novas gerações e a transmissão de ensinamentos, reduziam

a possibilidade de reação ante ao perigo, destruindo formas alternativas de resistência, baseados em um conflito corporal. O embate direto, operando cenas de reação direta a defesa do “viver sobre si”, passou a ser condenada publicamente, forçando tipos de resignação, reduzindo o exercício em lugares mais afastados, isolados e distantes dos olhos da censura. Ora, os frutos desses códigos, representando uma peculiaridade, uma base para recepcionar pessoas pretas em uma nova etapa de continuidades dos tipos de reprodução do silenciamento. Os efeitos diretos foram percebidos em seguida, afetando a vida de homens, mulheres e crianças, e amplamente noticiados em Maceió, através da imprensa:

Curandeiro

O sub comisario do Alto do Jacotinga prendeu hontem o Fidelis Ferreira de Oliveira, medico alli residente, e onde faz sua clinica, empregando mezinhas e orações de sua singular therapeutica.

Por não ter registrado seu diploma na repartição competente, nem preenchido as formalidades exigidas no código penal da Republica, passara estes dias em companhia do administrador da casa de detenção, onde provavelmente não dará consultas. (GUTENBERG, 1896. Ed. 105, p. 2.)

Fundamentado em Lei, o exercício ilegal de cuidar da saúde física, por meios alternativos, comprometeriam a liberdade e o “viver sobre si” dos praticantes. Na ocasião, Fidelis Ferreira de Oliveira, citado ironicamente como “médico”, denota a sagacidade do Código Penal em criminalizar pessoas não comprometidas com padrões morais, estabelecidos sem o consenso ou opinião dos oprimidos, porém servindo aos desejos dos opressores. A ausência do diploma aponta características do positivismo vigente, valendo apenas o escrito oficial, impedindo o uso dos saberes inquiridos por oralidade, cujo objetivo era ajudar pessoas nas quais não poderia ter acesso ao meio mais especializado e juridicamente aceito. Na mesma página, um artigo sugere implementar trabalho dentro da cadeia, para ajustar criminosos:

Officinas da cadeia

O dr. chefe de policia, dando execução aoregulameto da reforma da casa de detenção desta capital, pretende inaugurar no dia 13 de maio, em commemoração ao eloquentissimo e grandioso factu que este dia recorda á nação brasileira, uma das officinas da cadeia publica.

Esta officina será a de sapateiro, cujos materiaes, tendas e mais accesorios estão sendo adquiridos pelo dedicado moço alagoano, digno chefe de policia, que de algumas semanas trabalha activamente neste emprehendimento de grandes resultados praticos para os detentos, cuja actuvidade e habilitações serão assim aproveitadas.

Nesta officina será manufacturado, além do preciso para força publica estadual calçados de todas as qualidades que serão vendidos ao publico.

Parece-nos de bom alvitre e de boa oportunidade que fosse installada no edificio da detenção a illuminação eletrica, pois as condições do edificio não permitem trabalho além das 5 horas, recomeçasse ás 6 1/2 prolongado até 8 da noite.

E' dezejo do dr. chefe de policia intallar depois a officina de alfaiataria, na qual deve ser feito o fardamento do batalhão policial e mais roupas para os presos publicos e asylados da Santa Casa, Asylo de Mendicidade e Asylo de loucos, com bastante economia para os cofres publicos.

(GUTENBERG, 1896. Ed. 105, p. 2.)

O empenho de implementar formas de trabalho, caracterizados pela baixa remuneração e servindo serviço ao público formado majoritariamente por pessoas em classe elevada. A expressão do desejo do sr. chefe de polícia, em uma data bastante peculiar, reconduz o mesmo sentimento dos proprietários de escravizados, homens de comércio no Jaraguá e outros representantes da classe dominante. Para o autor do artigo, o grande presente, em gratidão à libertação dos escravizados, deveria desenvolver o lado profissional dos prisioneiros, e deveria estender-se aos meios dotados de pessoas em condições semelhantes, alocados em outros lugares.

O investimento, com compra de material e a energia elétrica, um privilégio remetido aos finais dos anos 1890, poderia presentear a sociedade maceioense com menos vadios, e com mais pessoas distantes da mendicância e vícios. Além do ganho social, a polícia poderia ser a melhor beneficiada, com oficinas de formação profissional, para costurar roupas e consertar calçados e, conseqüentemente, com menos trabalho para lidar com queixas . O trabalho forçado, como bem mencionamos anteriormente, permaneceu como uma tentativa características do pós-abolição, tendo em vista a existência de prisioneiros recolhidos por vadiagem, vícios ou qualquer crime de natureza semelhante. Em 1897, *O Orbe* noticiou um fenômeno que enseja uma reflexão acerca da formação do perfil de um possível embrião da criminalidade. Sobre isto, o artigo revela:

Menores Vadios

Existem nas ruas desta capital avultado numero de menores vadios, aptos para a Escola de Aprendizizes Marinheiros.

Convem não se deixar essas crianças entregues hoje aos vicios, e mais tarde aos crimes.

O dr. juiz de orphãos, a policia e os parentes desses menores, prestarião um bom serviço se os mandasse para a Escola de Aprendizizes, onde elles aprenderião à ler e escrever, e se habilitaram ao trabalho.

Diariamente, a actual Escola, devido ao zelo, e actividade do mui digno capitão do porto, se apresenta de publico, fazendo exercicios, e por ahi se poderá avaliar do aproveitamento d'essos meninos que um dia serão uteis a si e a patria.

Voltaremos ao assumpto.

(O ORBE, 1897. Ed. 00125, p. 3)

Os meios logrados, de forma prejudicial para pessoas negras, elaboraram uma configuração estruturada para controlar a liberdade dos então libertos. Dentro dos parâmetros de liberdade, podemos aferir, sobre os critérios referenciados, que a liberdade nunca foi plena, e a vigilância permaneceu, reinterpretando os mesmos conceitos retroalimentados no decorrer das anomias frutificadas pelo escravismo, abrangendo pessoas de todas as idades, desde que estejam aptas para novamente submeter-se a exploração do assim chamado “trabalho livre”. Os vícios e a vadiagem, no universo imaginado das classes privilegiadas, ornamentam um futuro de crimes, exigindo o empenho de contingente policial e instrumentos públicos, com a finalidade de interromper qualquer tipo de problema originado do ócio, recolhendo crianças, muito provavelmente pretas, e colocá-los ao serviço militar forçado. De acordo com Sandra Catarina de Sena, o deixar viver pela própria “liberdade” entra em consonância direta sobre condições de trabalho e a escolha da mendicância, apesar da mísera, como forma de protesto:

As relações de trabalho não eram mais estabelecidas nas condições entre proprietários e escravizados, como nos séculos anteriores, muito pelo contrário, a partir de então todos e todas eram considerados “livres”, inclusive as crianças, para venderem sua força de trabalho em troca de precárias condições de vida. Essa miséria gerada pelo desenvolvimento desordenado, é visível tanto quando nos deparamos com jornais locais, que denunciam o número de mendigos nas ruas da capital alagoana, ou quando vemos relatos de trabalhadores que denunciam as péssimas condições, longas jornadas de trabalho e as precárias condições de moradia. (SENA, 2019, p. 69.)

Mesmo com ações abolicionistas, o dia seguinte da abolição não possibilitou boas garantias para os ex-escravizados, exceto continuar a resistência, iluminados pelo suor do rosto, o sol que queima a pele. Os estar “livre”, portanto, expõe a consolidação do silenciamento contido, dentro dos pactos estabelecidos sobre o pretexto de civilizar e moralizar, apesar do labirinto construindo como intuito de blindar novas possibilidades de sobrevivência e resistência, montados a partir de um novo senso dialético e epistemológico rompendo com os antigos padrões estabelecidos, sob agonia e exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os caminhos traçados pelos primeiros focos de resistência preta, como resultado direto da não aceitação permaneceu, apesar do fim trágico de milhares de vidas ceifadas para os lucros advindos do trabalho escravizado. Em todo caso, não podemos esquecer do espírito resistente e rebelde, utilizando de modos e ações diversas, para romper com as condições de cativo e ultrapassar as linhas tênues entre “viver sobre si”. Em um primeiro caso, a transformação das paisagens do cotidiano, partindo dos meios mais deletérios para o momento, a hegemonia branca não poupou esforços para modificar os cenários habituais e conhecidos. Como parte de uma longa estratégia, os dizeres replicados em edições abertas dos jornais, condizem com a baixa perspectiva da época, em melhorar a raça a partir do branqueamento, condenando quaisquer ações de reação de pessoas pretas.

Nos caminhos trilhados na véspera da abolição, o acirramento e a agonia do escravismo transcenderam expectativas, pois estava imerso em uma nova possibilidade de configuração do cotidiano. Não mais haviam os mesmos modos de controle, e as fugas e ações coletivas passaram a ser uma orientação, dirigindo o aparato das Redes de Solidariedade e Resistência, podendo ser esclarecidas como uma própria ascendência a contrapelo, por parte de homens e mulheres oriundos do mesmo espírito palmarino, pois rejeitavam os esforços da classe senhorial em remanejá-los as continuidades dos velhos mandos do escravismo.

A força da resistência preta, sempre presente na formação étnico-racial do Brasil, ecoou em diversos momentos, longe e distante das fontes oficiais. Para tentar frear e contrabalancear, a classe dominante promoveu atentados legais, com o objetivo de diminuir a fúria e efervescência, pois sabiam do poder presente na reação preta, em não aceitar a sujeição, impedindo os avanços e continuidades. O cenário nunca se mostrou favorável para pessoas pretas, porém em cada momento é possível encontrarmos formatos de impedir a satisfação total da hegemonia branca, diante da pujança presente no cotidiano de Maceió. A capital alagoana serviu-se muito de corpos pretos para nutrir aspectos de lucro, a lástima nunca esteve tão presente quanto na década de 1880, com a intensificação de fugas, rebeldia, insurreições e demonstrações públicas de poder, pelo eco das vozes. De certo modo, escovar a História a contrapelo significa identificar os perigos do passado, como fagulhas cintilantes no

presente, demonstrando, apontando e direcionando críticas às perspectivas oriundas da barbárie.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ARAUJO, Maria Valéria da Silva. “*Crise dos braços*” *escravidão, economia e imigração em Alagoas (1850-1888)*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2020.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O Jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra Medo Branco. O negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, Gustavo Bezerra. *Uma possível “simbiose”: vadios e capoeiras em Alagoas (1878-1911)*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2017.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Vol. 1. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

CAMUS, Albert. *A peste*. tradução de Valery Rumjanek. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Danielle. *Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior*. Disponível em: <http://www.cedu.ufal.br/grupospesquisa/gephecl/livros-fragmentos/> Acesso em: 15/05/2023.

DIEGUES Júnior, Manuel. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2012.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MARQUES, Danilo Luiz. *Sob a “sombra” de Palmares: escravidão, memória e resistência na Alagoas oitocentista*. Tese (doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2018.

MARQUES, Danilo Luiz; Silva; DE MELO SILVA, GIAN; TEIXEIRA, Luana (org). *História da escravidão em Alagoas: diálogos contemporâneos*. Maceió: EDUFAL, 2017.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. Teresina: Editora da Universidade Estadual do Piauí, 2021.

MOURA, Clóvis. *O Negro: de escravo a mau cidadão?* São Paulo: Dandara, 2020.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira, 2004.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. “De quilombos e de xangôs”: cultura, religião e religiosidade afrobrasileira em Alagoas (1870-1911). *Caicó*, v. 15, n. 34, p. 83-121, jan./jun. 2014. Dossiê Religiões Afro-brasileiras.

SANTOS, Ricardo Alves da Silva. *Abolicionismo e trabalho juridicamente livre: um olhar sobre a história social do trabalho em Alagoas*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2019.

SENA, Sandra Catarina de. “São quase todos pretos”: cotidiano e experiência da classe de trabalhadora em Maceió pós abolição. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2019.

SILVA, Wellington José Gomes da. *A liberdade requer limites: o fundo de emancipação e a liberdade na província de Alagoas*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2017.

TEIXEIRA, Luana. *Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós-Graduação em História, Recife, 2016.